



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 013 QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º (Vago)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾ Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾ Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾	Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12 Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾ Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11) Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)	PT - 14 Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾	PDT - 6 Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾ Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾
PCdoB - 1 Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015.....	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 46/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Deliberador Neto.....	5
Nº 47/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Srª Miriam Aparecida Belchior.....	5
Nº 48/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Dionísio Filho.....	6
1.2.1.2 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 30/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.....	7
1.2.1.3 – Comunicação	
Do Senador Alvaro Dias, solicitando a mudança da denominação "Bloco Parlamentar da Minoria" para "Bloco Parlamentar da Oposição" (Ofício nº 4/2015)	7
1.2.2 – Oradores	
SENADORA GLEISI HOFFMANN - Críticas à gestão do Governador do Estado do Paraná.	7
SENADOR REGUFFE - Defesa da rejeição do veto apostado a projeto que corrige os limites da tabela do Imposto de Renda; e outros assuntos.	11
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder - Críticas ao Ministro da Justiça pela suposta ausência de transparência sobre a realização da audiência entre S. Exª e advogados de acusados na "Operação Lava-Jato".	14
SENADORA ANA AMÉLIA - Destaque à Campanha da Fraternidade de 2015, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que possui como tema "Fraternidade: Igreja e Sociedade" e lema "Eu vim para servir"; e outros assuntos.....	20
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Defesa da reforma política no que tange, em especial, ao fim do financiamento empresarial de campanhas; e outro assunto.	24
SENADOR ALVARO DIAS - Alerta para o atual desejo de mudança da sociedade brasileira.....	29
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder - Esclarecimentos acerca de audiência do Ministro José Eduardo Cardozo com advogados de empresas investigadas na "Operação Lava-Jato"; e outro assunto.....	30
SENADOR PAULO PAIM - Defesa das candidaturas avulsas nas eleições do País.....	34
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Apoio às ações do Poder Judiciário de combate à corrupção.	38
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder - Apelo para que o Governo Federal trate das reivindicações sociais em Mato Grosso a fim de evitar o bloqueio de rodovias; e outro assunto.....	39
1.3 – ENCERRAMENTO.....	42
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
2.1.1 – Atas de Comissão Permanente do Congresso Nacional	
SENADO FEDERAL	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	43
Bancadas dos Partidos	44
Por ordem alfabética	45
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	46
5 – LIDERANÇAS.....	47

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 48**7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 50

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 52

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 52

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 53

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 54

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 55

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 57

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 58

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 60

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 61

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 62

CSF – Comissão Senado do Futuro 62

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 63

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 64

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 65

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 65

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 65

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 66

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 67

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 68

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 70

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 71

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 72

Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 73

CONGRESSO NACIONAL**9 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 74

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 80

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 80

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 81

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 82

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 82

10 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 83

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 84

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999) 85

Ata da 10ª Sessão, Não Deliberativa, em 18 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim, da Srª Ana Amélia e dos Srs. José Medeiros e Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Sói assim, declaramos aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-prefeito de Ibiporã e ex-secretário de Estado dos Transportes do Paraná, Francisco Deliberador Neto, ocorrido na manhã desta terça-feira, dia 17 de fevereiro do corrente, em Londrina.

Justificação

O Paraná perde uma figura ilustre, e que ao longo de sua exitosa trajetória contribuiu com seu esforço, talento e competência pessoais para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Sua partida impõe consternação e uma lacuna incomensurável ao nosso Estado.

Doutor Chiquito, como era conhecido, faleceu na manhã desta terça-feira, 17 de fevereiro em Londrina, aos 82 anos. Ele estava internado há dez dias no Hospital do Coração, em Londrina, onde teve uma parada cardíaca, conforme boletim médico.

Nascido em 9 de março de 1932, em Sertãoópolis, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Francisco Deliberador Neto foi prefeito de Ibiporã entre os anos de 1977 e 1983, diretor geral do Detran-PR e superintendente do Porto de Paranaguá, chegando ao cargo de Secretário de Estado dos Transportes durante a minha gestão como Governador do Paraná.

Nesse contexto, por toda essa importante contribuição que proporcionou ao Paraná, entendo que Francisco Deliberador Neto se faz merecedor desta homenagem, que tenho a honra de propor, por parte do Senado Federal.

Ao prestar essa justa e legítima homenagem ao ex-prefeito Francisco Deliberador Neto, presto minhas condolências à sua família.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2015. – Senador **Alvaro Dias**.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para Miriam Aparecida Belchior, pela nomeação para assumir a Presidência da Caixa Econômica Federal – CEF, maior banco 100% público da América Latina, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na SBS quadra 4, lotes 3 e 4, Brasília/DF, CEP 70232-550.

Justificação

Foi recentemente anunciada a indicação da Servidora Pública Miriam Aparecida Belchior para ocupar o mais alto cargo da gerência da Caixa Econômica Federal – CEF. Onde no dia 23 de fevereiro de 2015, tomará posse como Presidente da CEF.

Miriam Aparecida Belchior tem formação acadêmica em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e mestrado em Administração Pública e Governamental da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com tal graduação foi, até o ano de 2008, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP. E pela sua alta capacidade técnica na área da gestão de recursos públicos, assumiu em sua carreira uma série de cargos e funções nas administrações públicas tanto de âmbito municipal, estadual e federal, sendo inclusive internacionalmente reconhecida por seus trabalhos e empenho na gestão da coisa pública.

Nesses termos, foi Secretária de Administração e Modernização Administrativa da Prefeitura de Santo André entre os anos de 1997 e 2000, período em que foi Coordenadora do Programa de Modernização Administrativa. E que pelos seus resultados e grande avanço na área da gestão dos recursos públicos, este programa foi selecionado como uma das 100 melhores práticas públicas do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Exerceu também a função de Secretária de Inclusão Social e Habitação da Prefeitura de Santo André nos anos de 2001 e 2002. Assim como também foi Coordenadora do Programa Santo André Mais Igual. Programa este igualmente selecionado como uma das 10 melhores práticas públicas do mundo pela ONU, em 2002.

A partir desse ano, 2002, integrou a equipe de transição do então Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, assumindo posteriormente a função de assessora especial da Presidência da República até 2004.

Foi também Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, função esta que tinha por objetivo articular a ação de governo e monitorar os projetos estratégicos. Passando a ocupar no ano de 2007 a secretaria executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E a partir de abril de 2010, tornou-se Coordenadora Geral do PAC, sendo alçada como reconhecimento por seus excelentes trabalhos ao cargo de Ministra do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, função esta que exerceu até o ano de 2015.

Desta forma, por toda a contribuição e eficiência na gestão da coisa pública, demonstrando a sua alta capacidade gerencial, bem como por ter conseguido todas essas conquistas e reconhecimento em uma sociedade em que as mulheres são minoria no exercício de cargos e funções de tão alto gabarito, congratulo a nova Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, Miriam Aparecida Belchior, pela nomeação a tão destacada função pública, na certeza que sua atuação trará excelentes e marcantes resultados na defesa não somente da gestão da coisa pública, mas também dos interesses da nação brasileira, visto que a CEF é hoje o maior banco 100% público da América Latina.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de **Voto de Pesar** e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-jogador, radialista esportivo e ex-colunista da Gazeta do Povo **Antônio Dionísio Filho**, ocorrido na manhã desta segunda-feira (16), em Curitiba, aos 58 anos.

Justificação

O esporte paranaense está desfalcado. Faleceu na manhã desta segunda-feira, em Curitiba, aos 58 anos, o ex-jogador, comentarista esportivo e ex-colunista da Gazeta do Povo, **Antônio Dionísio Filho**, amplamente conhecido como Dionga. Ele estava internado desde a última terça no Hospital Vitória, com um quadro clínico de infecção nas vias biliares.

Natural de Ribeirão Preto (SP), iniciou sua carreira como jogador de futebol em 1970, no Botafogo-SP, e tornou-se conhecido quando atuou pelo Atlético-MG em 1976. O referido lateral-esquerdo desembarcou em Curitiba para jogar no Atlético Paranaense nos idos de 1978. Deixou o “Furacão” para jogar no rival Coritiba. Passou ainda pelo Pinheiros e voltou para a Baixada para uma breve temporada em 1982. Em 1989 vestiu novamente a camisa do “Coxa” e, no ano seguinte, abandonou os gramados como atleta do Cascavel.

Atuou igualmente como técnico das categorias de base do Paraná e, posteriormente, decidiu ser comentarista de rádio.

Começou sua trajetória na rádio Eldorado em 1992. Trabalhou também nas rádios Clube, Atalaia, e Rádio Banda B, onde além de comentarista conduziu o programa “Sangue Bom”, que mesclava música ao esporte.

Foi comentarista ainda na RPCTV e na TV Bandeirantes e colunista da Gazeta do Povo.

Nesse contexto, por toda essa importante contribuição que proporcionou ao esporte paranaense, entendendo que **Antônio Dionísio Filho** se faz merecedor desta homenagem, que tenho a honra de propor, por parte do Senado Federal.

Ao prestar essa justa e legítima homenagem ao ex-jogador **Antônio Dionísio Filho** presto minhas condolências à sua família.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2015. – Senador **Alvaro Dias**.

(Encaminhe-se)

PROJETO DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30 , DE 2015

Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador, com a finalidade de combater as fraudes relacionadas aos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas.

Parágrafo único. O funcionamento do Programa Disque-Denúncia do Trabalhador observará o disposto em norma regulamentar editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, o Brasil vivencia uma grave crise econômica, o que vem forçando o Governo a promover diversas medidas de austeridade com a finalidade de corrigir as contas públicas.

Tais providências de enfrentamento à adversidade geram, por vezes, a necessidade de ajustes na legislação trabalhista e previdenciária, a exemplo do que ocorreu com a edição das Medidas Provisórias nº 664 e 665, ambas de 30 de dezembro de 2014, que tiveram o nítido escopo de diminuir o rombo nos cofres públicos.

No tocante às esferas trabalhista e previdenciária, a hodierna política de redução fiscal adotada pelo Estado é justificada, dentre outros fatores, pelo recrudescimento do número de casos fraudulentos envolvendo benefícios trabalhistas e previdenciários, circunstância que, além de lesar os direitos daqueles mais necessitados, vem prejudicando a arrecadação de receitas públicas e o desenvolvimento de políticas públicas.

Nesse cenário, o presente Projeto de Lei objetiva a criação do Programa Disque-Denúncia do Trabalhador, destinado a mobilizar a sociedade na incansável guerra contra as fraudes perpetradas em desfavor dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Pelo exposto e considerando a relevância da matéria, solicita-se aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

COMUNICAÇÃO

Ofício nº 4/2015 – SEN

Brasília, 12 de fevereiro de 2015

Senhor Secretário Geral da Mesa,

Solicito a obsequiosa atenção de Vossa Senhoria no sentido de providenciar a mudança da denominação “Bloco Parlamentar da Minoria” para “Bloco Parlamentar da Oposição.”

Na expectativa do pronto atendimento da solicitação acima, apresento os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à nobre Senadora Gleisi Hoffmann, que, conforme acordo feito, permuta com o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente; Senadora Ana Amélia, Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Hoje quero me dirigir especialmente ao Paraná, meu Estado, à população do Paraná, em especial, aos servidores públicos do meu Estado, a quem saúdo pela grande vitória que conquistaram na semana passada,

ao impedir que a Assembleia Legislativa votasse, num rito sumário, popularmente conhecido como tratoração, projetos contra os servidores do Estado do Paraná.

Não é de agora que estamos acompanhando a triste situação financeira do Estado do Paraná, Sr. Presidente. Durante 2013 e boa parte de 2014, assistimos às notícias dos atrasos nos pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços por parte do Governo do Estado.

Notícias de viaturas policiais recolhidas por falta de manutenção ou estacionadas em oficinas mecânicas por falta de pagamento dos serviços. Ou pior, paradas nas ruas, por falta de combustível.

Com a proximidade das eleições, essas situações foram escondidas, maquiadas, e insistentemente o governador dizia que as finanças estavam em ordem, que o Estado estava azeitado e o melhor estaria por vir. Aliás, esse foi o discurso dele a uma rede de TV no Paraná, a RPC, afiliada da Rede Globo, no dia seguinte à eleição. Entretanto, já no verão de 2014, logo após essa entrevista, sentimos a falta do custeio mínimo para manter os serviços no litoral do Estado.

É costumeiro centenas de policiais e bombeiros militares serem deslocados para o litoral, com o objetivo de cuidar da segurança dos veranistas e banhistas.

Ocorre que os servidores foram mandados para as missões sem receberem o devido apoio do Governo do Estado. Muitos estão sem receber diárias e sem o suporte logístico para trabalharem fora de casa.

Outra situação ultrajante afetou a educação:

Milhares de professores que trabalham em PSS encerraram o ano de 2014 – são os temporários – sem receber o que lhes era de direito. E os servidores estaduais, como um todo, tiveram um final de ano tenso, ante as notícias de que havia dificuldade para o tesouro estadual pagar os salários – e parte não recebeu o décimo terceiro salário, que será pago de forma parcelada. Aliás, falei sobre isso desta tribuna quando o governador decidiu esta medida: parcelar o décimo terceiro. De novo, começamos a ouvir, no Estado, a reclamação de diversos fornecedores que estão sem receber.

Esse era o melhor que estava por vir? Foi esse o azeiteamento e a ordem na casa que o Sr. Governador colocou durante os quatro anos de gestão?

O governador teve o maior crescimento na arrecadação de receitas de todos os Estados brasileiros. O Paraná cresceu, em sua receita de ICMS, nos últimos anos, 44%, mais do que todos os outros Estados. Como explicar essa crise, então? Gastou mal? Contratou muitos comissionados? Concedeu reajustes que não podia pagar? Aumentou o contrato com terceirizados? Ampliou fortemente a verba com publicidade? Isso mesmo, teve um descontrole nas contas públicas.

A despesa subiu 53% nesse mesmo período. Esse descontrole não foi ocasionado pelo Governo Federal, ou por mim, conforme o Sr. Governador acusava na campanha, dizendo-se perseguido. O seu Fundo de Participação dos Estados não caiu; pelo contrário, subiu. Os empréstimos, apesar dos problemas nas suas contas, foram liberados, e a União sempre investiu muito no Paraná.

Uma das maiores verbas do Ministério dos Transportes para investimentos em rodovias está no Paraná. É o terceiro Estado em recebimento de verbas. O Estado é o que recebeu, proporcionalmente, os maiores recursos para o Minha Casa, Minha Vida. Recebeu ainda escolas, creches, ônibus escolares, maquinários e tantos outros investimentos e custeio. Por que estamos vendo isso agora, governador?

No fim do ano, já fomos brindados pelo senhor com projetos de lei, aprovados pela Assembleia que determinaram aumento de impostos: 40% no IPVA, 50% no ICMS, subindo mais de 90 mil itens em todo o Estado do Paraná, medida clássica essa para tirar receita e renda da sociedade paranaense.

Os efeitos nós vamos ver já já, na queda do consumo e, por consequência, na queda da venda e fabricação de produtos e também prestação de serviços.

Sr. Governador, já tinha retirado benefício do Simples, da micro e pequena empresa com a substituição tributária. Nós lutamos nesta Casa para limitar esse instituto. Agora, mal iniciado o ano de 2015 e o novo mandato, o Sr. Governador mandou para a Assembleia um pacote de medidas destinadas a reduzir as despesas. As medidas penalizam quem? Fortemente os servidores públicos, especialmente os professores do Estado, pois o Governo Richa investe contra o plano de carreiras que essas categorias levaram quase 30 anos de lutas e negociações para conquistar. Sem qualquer aviso, sem qualquer diálogo, sem negociação, pretendeu o governador do PSDB anular conquistas e benefícios dos trabalhadores da educação. E o mais grave: no mesmo pacote, ele pretende unificar os dois principais fundos previdenciários, Senador Paim, o que lhe permitirá lançar mão de reservas de mais de R\$8 bilhões para equilibrar o caixa, pagando a folha atual dos aposentados com recursos que são para bancar as aposentadorias futuras. Ou seja, com o Estado quebrado, o Governador Beto Richa pretende resolver seus problemas gastando a poupança destinada a pagar as aposentadorias dos servidores do Paraná. É o fim do ParanaPrevidência, como falou um dos seus idealizadores, Sr. Renato Folador.

Quando a Parana Previdência foi idealizada, em 1998, estimava-se que, em 35 anos, até 2033, portanto, a Previdência estadual conseguiria arcar com 100% do pagamento de benefícios dos inativos, liberando o Estado da sua cota de contribuição. A ideia era fazer com que a contribuição dos funcionários fosse sendo depositada em um fundo que tivesse unicamente a função de pagar os inativos, um fundo de capitalização. Esse fundo tem hoje cerca de R\$8 bilhões. E é nesse dinheiro que o governador quer colocar a mão.

E o pior de tudo é que o governador, que se diz democrata, do diálogo, que se autoelogia constantemente, exigiu que a Assembleia votasse em regime de máxima urgência, num processo conhecido como o popular tratoração, que permite votar sem debates e sem qualquer delonga esses projetos. Queria que a Assembleia não discutisse nas comissões, não fizesse emendas.

Sei que muitos vão me perguntar sobre as medidas que a Presidenta Dilma enviou a este Congresso e, talvez, fazer um paralelo e uma cobrança sobre o porquê de eu não falar delas.

Por isso, vamos a elas. Eu gostaria de falar exatamente sobre a diferença entre essas medidas, mas, principalmente, sobre a diferença de postura.

A Presidenta mandou, sim, as medidas, mas mandou com validade a partir de março deste ano. Elas já são conhecidas do Congresso e dos movimentos sociais. Nós temos centenas de emendas propostas a essas emendas, Senador Paulo Paim. A sociedade já iniciou o debate. Já está sendo discutido na Imprensa, e aqui, nesta Casa teremos audiência pública, teremos debate nas comissões.

E o que consta nessas medidas é bem diferente do pacote do governador. Primeiro, porque não mexe com a previdência dos trabalhadores, pelo contrário, resolve uma situação de pensão que prejudicava a maioria dos contribuintes da Previdência: uma pessoa jovem, sem contribuir, ficar recebendo para o resto da vida pensão de um companheiro, uma companheira, de um marido/mulher, muito mais velho. Em grande parte das vezes, essa situação vinha de casamentos arranjados exatamente para garantir o benefício, colocando uma grande pressão na Previdência Social.

Em relação ao seguro-desemprego e abono salarial, também não atinge a maioria dos trabalhadores. Hoje temos uma situação de quase pleno emprego, com a taxa de desemprego atingindo 4,3% em janeiro. Temos o salário mínimo com maior poder de compra dos últimos 50 anos e programas sociais que oferecem proteção à maioria da população, como é o caso do Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), o que não tínhamos na década de 90. Além disso, a proposta enviada a esta Casa, tanto do seguro-desemprego como do abono, pelo número de emendas que recebeu, deverá ser mediada.

E nos impostos, a alteração foi sobre dois impostos regulatórios, a Cide e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), e ajustes pontuais no PIS/Cofins para produtos importados e IPI para cosméticos, e não para 95 mil itens, como fez majorar o ICMS o governador do Paraná em quase 50%.

Não estou dizendo que medidas duras não são necessárias em uma situação de crise ou dificuldades financeiras. São. E o governante tem que tomá-las, ainda que isso não seja popular. O que não podem é exorbitarem direitos e os efeitos serem mais nocivos que a situação vivida e, mais ainda, não podem ser aprovadas, colocadas, para que a população sinta os seus efeitos, sem serem discutidas com quem de direito.

Felizmente, os servidores paranaenses mobilizaram-se, professores à frente, como não se via há quase trinta anos do Estado do Paraná, e foram à luta. Deram uma demonstração de amor ao Estado e suas instituições. Uma demonstração de civismo. Milhares foram à Assembleia Legislativa do Estado para protestar contra as medidas.

Mesmo com tal nível de mobilização, o comando da Assembleia Legislativa não se dispôs a negociar com os professores em um primeiro momento, preferindo acatar as determinações do Governador Beto Richa para votar imediatamente o pacote.

Chegamos ao ponto, Sr. Presidente, num dos episódios mais degradantes de nossa história política – Senadora Ana Amélia, a senhora que também é do Sul do País –, de a Secretaria de Segurança Pública do Paraná transportar trinta e três Deputados da chamada Base do Governo em um camburão da polícia. Isso mesmo: em um camburão da polícia, para entrar na Assembleia Legislativa. Quais teriam sido os argumentos para convencer mais de trinta Deputados e Deputadas a entrar num camburão da polícia para chegar à Assembleia Legislativa? Fico me perguntando e não consigo imaginar que representantes do povo não possam entrar dignamente na sua Casa e tenham que entrar em um camburão da polícia para poder fazer uma sessão.

Foi um episódio lamentável, para ficar na história do Paraná e, com certeza, não será esquecido.

Graças à mobilização e ocupação da Assembléia, os Deputados foram impedidos de votar os projetos.

O que disse o Governador, além de muitas outras desculpas depois desses episódios? Que a ocupação na Assembleia foi feita por um bando de baderneiros. Chegou a dizer, como sempre faz em situações difíceis, que a culpa era de alguém que não ele. Neste caso, dos baderneiros do PT.

Tenha postura, Governador! O PT apoia as manifestações, mas imputar a ele a realização das mesmas é desrespeitar a maioria do funcionalismo público do Estado, que nem partido tem, e é esclarecido o suficiente para não se deixar manipular.

É urgente o diálogo. Se for necessário fazer ajustes, essa é uma tarefa do Governador, mas ele não pode fazê-lo passando por cima do direito legítimo do Parlamento de fazer o debate, emendar e mediar – assim como esta Casa vai fazer agora. Tampouco pode fazer desconhecendo o direito das categorias, através de seus representantes, de negociar a pauta.

E o que fez o Governador após tudo isso, enquanto os professores ainda permanecem acampados em frente ao Palácio Iguazu?

Marcou uma reunião para esta quinta-feira, e não com ele, com o seu Chefe da Casa-Civil; e, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, ele foi para a praia. No domingo, estava andando de bicicleta em Porto Belo, Santa Catarina – nem sequer na praia do Paraná ele estava passeando.

Desculpe, mas, numa situação como essa, o Governador não tem o direito de se ausentar do Estado, de tirar folga. Se tudo é tão urgente, por que não começou a negociação imediatamente? O que impedia que isso fosse feito durante os feriados?

Eu concedo um aparte ao Senador Reguffe, que está com o microfone levantado. Não? Então, desculpe-me. O que impedia que isso fosse feito durante os feriados?

Tenha responsabilidade no cargo que assumiu! Trabalhe, Governador, para tirar o Estado da crise que o senhor mesmo ajudou a fazer e escondeu, porque o senhor está sucedendo a sua gestão! E, por favor, não venha com o velho e riscado disco da culpa alheia.

Aliás, já quero fazer uma advertência pública aqui: se lançar mão dos recursos previdenciários para resolver a ganância irresponsável do seu governo, o senhor colocará o Estado em uma situação de descumprimento das leis da Previdência Social e da Lei de Responsabilidade Fiscal novamente. O Paraná irá perder o Certificado de Regularidade Previdenciária e ficará, mais uma vez, impossibilitado de receber recursos voluntários da União e de contratar empréstimos.

Em outras palavras, essa aposta no presente, abandonando o futuro do Estado, irá agravar ainda mais a nossa situação. O Paraná está quebrado, e o governo pretende gastar de maneira perdulária a poupança dos seus servidores públicos. Mas vai agravar, em médio prazo, a situação e deixar que o caos se instale de vez no Estado, lembrando que o Estado do Paraná é o segundo Estado que mais gasta, é o segundo Estado com maior dívida.

A solução, Governador Beto Richa, é assumir os erros e passar a administrar o Estado com responsabilidade, parar de gastar o que não tem. Mais que isso: concentrar-se na gestão dos problemas e passear menos. Essa postura de quem não se interessa pelo dia a dia da administração nos levou a essa situação. Isso pode ser resolvido, mas é preciso trabalhar mais e fazer menos propaganda.

Quanto aos professores e aos servidores em geral, quero dizer que, além de lutarem para defender suas conquistas, estão lutando por um futuro melhor para o nosso Estado. A luta dos trabalhadores da educação é a luta por um Paraná bem administrado e olhando para o futuro.

Nós só podemos ficar ao lado desses trabalhadores. Espero que esta seja também a opção de nossos Deputados e nossas Deputadas. O Governo passa, a educação fica.

Eu gostaria, Senador Paim, de lembrar outro fato: dentre essas medidas que o Governador mandou para a Assembleia, há um artigo que mexe na LDO de 2013 do Estado do Paraná, alterando o resultado primário do orçamento de 2014.

O orçamento de 2014 previa um resultado primário superavitário para o Paraná de R\$2,2 bilhões. O Governador mandou, na medida, uma alteração para retirar do resultado primário R\$3,5 bilhões. Isso quer dizer o quê? Que o Governador está colocando R\$1,3 bilhão de déficit no orçamento do Estado do Paraná.

É muito interessante, porque esta discussão do resultado primário foi feita, aqui, em relação ao orçamento vigente, e o PSDB, partido do Governador, foi contra, dizendo que nós éramos irresponsáveis fiscalmente, que nós não tínhamos equilíbrio fiscal, que nós estávamos mexendo na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na realidade, o resultado primário é um instrumento da política fiscal, é um instrumento para você utilizar, mas tem que ser utilizado às claras, como foi feito no Governo Federal, em que o Congresso debateu, a oposição criticou e todo mundo sabia o que estava acontecendo.

Como o PSDB vai justificar, agora, que o seu Governador Beto Richa está mexendo no superávit primário do orçamento de 2014, alterando a Lei de 2013 em 2015, deixando um resultado deficitário? Já é o segundo Estado com maior dívida. Com esse resultado agora, está aumentando essa dívida e está tentando legalizar um déficit que escondeu da população.

Então, eu lamento muito que nós estejamos vivendo essa situação no Paraná e lamento muito que o PSDB, que tantas críticas faz ao Governo Federal, tantas críticas faz à Presidenta Dilma, não faça autocritica do

seu governo no Estado, não faça autocrítica principalmente pela forma autoritária como esses processos chegaram à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Lamento muito essa situação e quero aqui, de novo, colocar-me à disposição dos nossos servidores, dos professores, externar minha solidariedade. Nós só não tivemos uma situação dramática, em termos de alteração de legislação para o funcionalismo e para as instituições paranaenses, porque os professores e os servidores se mobilizaram.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann.

Agora vamos ter uma permuta entre o Senador Cristovam e o Senador Reguffe. Então, convidamos para usar da palavra, neste momento, o Senador Reguffe, sem prejuízo da palavra pela ordem do Líder do PSDB, o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para requerer a V. Ex^a a minha inscrição como Líder do PSDB. Após a sequência de oradores inscritos, eu gostaria de ter a concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim/PT - RS) – Ela está garantida, Senador Cássio, como Líder do PSDB.

Senador Reguffe, com a palavra.

O SR. REGUFFE (PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quando eu era Deputado Federal, no ano de 2011, apresentei um projeto para corrigir a tabela do Imposto de Renda, todos os anos, pela inflação do período mais um por cento.

No ano de 2011, ano em que protocolei esse projeto na Câmara dos Deputados, a defasagem da tabela do Imposto de Renda era de 64,1%, nos últimos 16 anos – portanto, oito anos de governo Lula mais oito anos de governo Fernando Henrique.

Esses 16 anos – oito anos de governo Fernando Henrique mais oito anos de governo Lula – continham uma defasagem na tabela do Imposto de Renda de 64,1% – portanto, o brasileiro estava pagando 64,1% a mais do que deveria de Imposto de Renda.

Apresentei um projeto para corrigir os limites de isenção dessa tabela, para que o brasileiro pagasse menos impostos, nos seguintes termos: a inflação anual, a reposição da inflação anual mais um por cento, por ano, para que houvesse, de forma gradual, a recuperação do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, no ano passado, votei a favor da correção da tabela do Imposto de Renda, dos limites de isenção da tabela do Imposto de Renda, em 6,5%. A Presidente Dilma vetou essa proposta, vetou essa medida.

Eu quero aqui fazer este debate e defender a derrubada do veto da Presidente, para o bem do trabalhador deste País, para o bem do contribuinte deste País.

Eu falei que a defasagem, quando fiz o estudo no ano de 2011, dos últimos 16 anos era de 64,1%. Ora, nos últimos quatro anos a defasagem ainda aumentou, porque a correção da tabela foi de 4,5% anualmente nos últimos quatro anos, enquanto a inflação anual beirou o teto da meta, beirou 6,5%. Isso a inflação oficial, porque o brasileiro que faz suas compras todos os dias sente nas ruas uma inflação ainda maior do que a colocada pelos números oficiais.

Portanto, quero defender a derrubada desse veto, dizer que meu voto será pela derrubada do veto e dizer que a recuperação do poder aquisitivo do brasileiro deveria ser um compromisso de todos aqueles que têm responsabilidade pública.

Meu projeto não era um projeto irresponsável, na época da Câmara. Era um projeto que devolvia a inflação anual mais 1% ao ano, de forma gradual. Eu não queria recuperar os 64,1% todos de uma vez. Eu queria que devolvesse a inflação mais 1% ao ano.

O Governo, nos últimos quatro anos, não só não recuperou a inflação, que beirou 6,5%, como deu apenas 4,5%. E agora não aceita os 6,5%, que é a inflação anual. E não mandou ainda uma medida provisória, nem colocando os 4,5% – que, aliás, garantiriam uma perda de 2%, do ponto de vista absoluto, todos os anos, para o contribuinte. Ou seja, o Governo sempre corrige o limite de isenção abaixo da inflação anual e vai aumentando sua arrecadação.

Todos os anos o Governo bate recordes de arrecadação tributária e não melhora a qualidade dos serviços públicos, não melhora para o contribuinte.

Concedo um aparte ao Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do tema trazido à tribuna, lembrando que, no próximo dia 24, semana que vem, estaremos reunidos no Congresso Nacional exatamente para analisar os vetos presidenciais, vetos esses que passam a ser em votação aberta, o que permitirá, mais uma vez, que a sociedade, o contribuinte brasileiro possa acompanhar o posi-

cionamento dos seus representantes. Nós estamos numa democracia representativa e a transparência que foi dada com a mudança do sistema de votação, que era secreto para o voto aberto, permitirá o acompanhamento da sociedade e dos contribuintes dessa questão do reajuste da tabela do Imposto de Renda, que nada mais é, traduzindo de forma simples e direta, do que um aumento de impostos. A população está sendo onerada na sua tributação. Inclusive hoje, de forma muito oportuna, o *Correio Braziliense* traz uma análise que complementa as informações que V. Ex^a traz no que diz respeito ao acúmulo de reajustes que estão sendo feitos na tabela do Imposto de Renda, o que aumenta, naturalmente, a carga tributária do contribuinte brasileiro, uma vez que uns passam a pagar, estavam na faixa de isenção e passam a ser taxados no Imposto de Renda, e os que já eram tributados passam a ter uma contribuição, um pagamento de imposto ainda maior. Quero antecipar, desde já, que não apenas o meu voto pessoal como também tenho certeza de que o voto de toda a bancada do PSDB no Congresso Nacional, na Câmara e Senado, será, naturalmente, pela derrubada do veto presidencial, para não penalizar ainda mais o contribuinte brasileiro. O Governo provocou a doença fiscal que o País vive hoje e chama o contribuinte para tomar o remédio pagando mais impostos. Isso não está correto, isso não está justo. Estaremos juntos, Senador Reguffe, lutando para a derrubada do veto presidencial. Cumprimento V. Ex^a mais uma vez pela oportunidade e pela relevância do tema trazido, neste instante, na tribuna do Senado.

SR. REGUFFE (PDT - DF) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Quero dizer que a nossa responsabilidade aqui não é olhar o partido, não é olhar simplesmente o interesse do Governo, é olhar o interesse do Brasil, dos brasileiros. Eu defendo o que é justo. Eu quero ser ganho pelo argumento. Eu quero que me convençam de que aquilo não é o correto. Eu queria que alguém me convencesse que é justo o trabalhador brasileiro não ter uma correção, sequer a inflação do período. Eu queria que alguém me dissesse, que me convencesse do contrário. Se me convencer, tudo bem. Mas como o brasileiro paga uma inflação dessa, e, na hora de corrigir os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda, aí não se faz pela inflação do período, se faz sempre menor do que a inflação do período? Como disse o Senador Cássio Cunha Lima, o Governo aí tem um ganho real de arrecadação, aumenta a sua arrecadação real, já que sempre os limites de isenção são corrigidos num patamar inferior à inflação do período.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Senador Reguffe, esse tema integra a pauta das centrais sindicais há muitos anos. No ano passado, tive a oportunidade de apresentar o PLS nº 2 – foi o segundo do exercício de 2014 –, prevendo exatamente que a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física fosse com base no INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que é o mesmo índice usado pelo Governo para corrigir o valor e aplicar o reajuste ao salário mínimo. Seria uma forma, digamos, adequada para levar mais justiça social aos trabalhadores. Nesse aspecto, a derrubada desse veto impõe-se como uma necessidade. Como disse muito bem V. Ex^a, não é um tema partidário, é um tema de interesse da classe trabalhadora, da qual alguns são filiados ao PSDB, ao PDT, o seu partido, ao meu partido, ao PMDB, ao PT, como o Senador Paim, a todos os partidos políticos representados nesta Casa, 28 dos quais na Câmara Federal e 16 aqui no Senado. Portanto, essa é uma matéria de alta relevância social e um compromisso nosso, como Parlamentares, com a classe trabalhadora, para que não fique na retórica, é fazer um grande esforço para derrubar esse veto à correção da tabela do Imposto de Renda. É o mínimo que nós podemos responder à sociedade brasileira, aos contribuintes pessoas físicas neste momento em que a sociedade está perplexa, já está descrente inclusive desta instituição, o Congresso Nacional. Essa é a nossa responsabilidade, esse é o nosso desafio. Portanto, também vou fazer referência a esse tema quando ocupar a tribuna, Senador Reguffe, mas V. Ex^a antecipa com muito brilho o tratamento de uma questão tão relevante do ponto de vista da defesa do interesse dos contribuintes.

O SR. REGUFFE (PDT - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu a parabeno pelo projeto. O seu projeto nem recompõe as perdas, ele só pede que se reajuste todos os anos pela inflação do período, e o Governo sequer está fazendo isso, com uma perda, conforme eu coloquei, que no início, quando a Presidente Dilma chegou ao poder, em 2010, ou seja, oito anos de governo Lula, oito anos de governo Fernando Henrique, era de 64,1%. E de lá para cá isso só se ampliou, porque se corrigiu em 4,5% por ano enquanto a inflação era próxima de 6,5%.

Então o que eu peço é que os Senadores e os Deputados da Base do Governo tenham responsabilidade com o trabalhador brasileiro neste momento, com o contribuinte brasileiro. E acho que na hora em que nós votamos aqui uma proposição, damos um voto aqui, nós não temos que pensar se aquilo vai beneficiar ou prejudicar o Governo. Nós temos que pensar se aquilo vai beneficiar ou prejudicar a população. Aquele Parlamentar que vota sempre sim ou sempre não, porque aquilo vai beneficiar ou vai prejudicar o Governo, não tem consciência do que é a sua responsabilidade. A responsabilidade de um Parlamentar é analisar o mérito de cada proposição, analisando o mérito de cada projeto.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo pela derrubada do veto da Presidente e para que o Congresso Nacional, como instituição legislativa maior deste País, conceda aos trabalhadores brasileiros um reajuste do limite da isenção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%, que inclusive é menor do que a inflação sentida nas ruas pelos brasileiros, apesar de ser a inflação oficial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Senador Reguffe, permita-me, antes de V. Ex^a sair da tribuna. Essa foi a vantagem de uma peleia que nós travamos aqui, de forma muito dura, para acabar com a história de veto ser apreciado secretamente. Eu dizia que a história do Parlamento seria outra. Desde a Constituinte eu apresentei pela primeira vez que o voto não poderia ser secreto. Enfim aprovamos. E esse momento vai ser um momento decisivo para que a gente tire essa dúvida, porque nós todos votamos aqui a tabela do Imposto de Renda no voto aberto. Agora, como o voto não é secreto, vai dar para mostrar quem está sendo coerente com o seu próprio voto, com a sua história e com a sua vida. Não é questão de ser conta ou a favor do Governo. Votou a favor, na apreciação do veto, se não é secreto, por coerência deverá acompanhar a mesma posição.

Então cumprimento V. Ex^a. Sei que V. Ex^a vai ter que sair, e quero adiantar que desde 2006 eu estou na mesma batalha que V. Ex^a para a candidatura avulsa. Apresentei em 2006, fui derrubado. Fui derrubado depois de novo em 2010. E agora, recentemente, arquivaram de novo. Mas fiquei muito feliz que V. Ex^a reapresenta, e eu vou na mesma linha, porque é uma forma de garantir a cidadania plena para cada cidadão. A maioria dos países do mundo já tem o direito à candidatura avulsa. Isso não quer dizer que seja contra partido nenhum. V. Ex^a tem o seu partido, eu tenho o meu, e nem por isso eu vou ser contra que alguém possa lançar a sua candidatura.

É uma batalha que vem lá do ano 2000. Agora, com o apoio de V. Ex^a, estou animado que a gente vai aprovar aqui no Senado.

O SR. REGUFFE (PDT - DF) – Vamos juntos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu sou o aparte a ele. Você tem que fazer a ele agora, não vai fazer a mim.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF) – Um pequeno aparte ainda, espero, ao Senador José Antônio Reguffe, porque o discurso dele é muito importante para todos nós. É uma coisa maior ainda do que a corretíssima preocupação, coerente preocupação dele com o limite sobre quem pesa o Imposto de Renda. É que, ao fazer isso, o Governo, até para corrigir erros que cometeu nos anos passados com o excesso de gastos, com a irresponsabilidade fiscal, agora está tendo, sim, de equilibrar suas contas. Mas o Senador Reguffe traz aqui o ponto fundamental: está se prejudicando. Primeiro, por uma questão de conceito, não reajustar de acordo com o Imposto de Renda. Mas, segundo, o que é tão grave é que esse reajuste de 4,5%, além de incluir pessoas que não deveriam pagar Imposto de Renda se valesse o mesmo limite anterior, agora corrigido, vai elevar a alíquota que pesa sobre as primeiras camadas que pagam Imposto de Renda. Então, vai pesar sobre essas. E não vai mudar a alíquota das camadas mais altas. Ou seja, é uma proposta claramente concentradora da renda. Eu até entendo que o Governo tem que fazer ajustes, tem sim. E não foi falta de alertas de muitos de nós – aqui eu vejo sobretudo a Senadora Ana Amélia e eu próprio – de que um dia ia acontecer isso. Mas pelo menos não tome medidas de ajuste que sejam medidas concentradoras, que não coloque o peso da correção dos erros cometidos pelo Governo sobre as parcelas ou mais pobres, que agora vão pagar Imposto de Renda, e não deveriam, ou que não são tão pobres assim, mas que são as camadas da classe média mais baixa que paga Imposto de Renda. Eu creio que a ideia do Senador Reguffe de derrubar o veto é correta, mas, ao mesmo tempo, eu acho que o Governo poderia se sentar conosco para descobrir uma maneira de fazer sem que esse assunto, sem que a necessidade dessa receita pese sobre as camadas mais baixas de renda da população. Caramba, tem que pagar? Paguemos. E eu ponho aí no plural, porque o nosso salário, de fato, está nessas faixas mais altas. Paguemos os que estão nas faixas mais altas. E eu garanto que o Senador Reguffe aceitaria conversar com outros aqui sobre se realmente se convence de que há um déficit. Pedem-se desculpas pelos erros cometidos, porque esse déficit não caiu do céu. Esse déficit não acontece como a falta de chuva em São Paulo. Não, não é a natureza que fez o déficit. O que provocou o déficit foram decisões erradas, equivocadas, e alertadas muitas vezes aqui. E os nossos alertas eram ridicularizados, Senador Reguffe. Ridicularizavam a nós que alertávamos. A Senadora Ana Amélia se lembra disso. Então, que se reconheça o erro, que se diga que agora nós temos de corrigir o erro, e vamos fazer com que essa correção não pese sobre as camadas mais pobres; que pese sobre as camadas mais ricas. E o Governo está fazendo o contrário: está jogando o problema como se não fosse do Governo, criado por ele. E jogando o pagamento disso para as camadas mais pobres da população. O caminho é derrubar o veto, como o Senador Reguffe falou, e trabalharmos uma proposta que não seja concentradora de renda; que seja distributiva, que pese sobre quem tem mais.

O SR. REGUFFE (PDT - DF) – Muito me honra o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam.

Quero dizer o seguinte: o único imposto que eu defendo que seja criado é o imposto sobre grandes fortunas. Penso que nós deveríamos ter esse tributo aqui no Brasil. Mas, mesmo assim, eu só defendo esse tributo se, ao mesmo tempo em que ele for criado, se reduzirem os impostos pagos pelo pobre e pela classe média deste País, porque senão vai ser só um imposto a mais. Então, o imposto sobre grandes fortunas eu defendo, desde que venha junto com... Desde que o mesmo incremento de arrecadação seja reduzido para o pobre e para a classe média deste País.

Por último, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que este Congresso tem uma chance, na semana que vem, de mostrar sua cara para a população brasileira, de mostrar que tem independência, que tem autonomia, porque, se o País vive uma crise, se o Governo vive uma crise, o Governo deveria começar a resolver essa crise fazendo o seu dever de casa. O Governo não pode fazer ajuste fiscal só pensando na receita; deveria começar pensando na despesa. O Governo deveria começar reduzindo a sua máquina e os seus gastos exacerbados.

Há uma série de gastos com os quais eu não posso concordar.

O Governo tem 39 ministérios; e, na resposta a um requerimento formal de informações que fiz como Deputado Federal ao Ministério do Planejamento, Senador Paulo Paim, há 23.579 cargos comissionados. Ou seja, há uma máquina inchada. Portanto, o Governo poderia começar reduzindo a sua máquina e reduzindo a despesa. Senão, fica muito fácil: o Governo gasta, gasta, gasta e depois desconta no contribuinte, aumentando ou criando mais impostos.

Não! O Governo tem que começar fazendo o seu dever de casa e reduzindo a sua despesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senador Reguffe, pelo seu pronunciamento. Meus cumprimentos!

Quero dizer, Senador Reguffe, que vários projetos sobre o assunto já foram derrotados; sobre grandes fortunas, eu mesmo apresentei duas vezes e, nas duas vezes, foram para a lata do lixo. Derrotaram lá na CCJ. Vai ser difícil, mas vamos tentar. Vamos reapresentar.

Agora, vamos passar a palavra a um Líder, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, acabamos o Carnaval, entramos no período da Quaresma, e a expectativa que temos neste instante é que, com a aproximação da Semana Santa, o povo brasileiro não continue sendo crucificado.

E o tema trazido agora a esta tribuna pelo sempre atuante, brilhante, talentoso e exemplar Senador Reguffe nos remete exatamente a essa crucificação a que o povo brasileiro tem sido submetido nos últimos anos, e muito intensamente neste instante, porque, no nosso calendário, nos feriados mais marcantes, nós saímos desse reinado de Momo, onde talvez o Carnaval só tenha acabado para o próprio Rei Momo – porque, para outros tantos, a farra prossegue, já que é a corrupção desenfreada que macula a sociedade brasileira –, e vem então a Semana Santa, com essa crucificação constante para, ironicamente, chegarmos ao tempo do São João, que é época de quadrilha. E é exatamente isso que tem causado, no povo brasileiro, tanto estarecimento, indignação, perplexidade.

E, durante o Carnaval, período de parcas notícias no campo político, repercutiram – e repercutiram bastante – declarações do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, por meio de sua página no Twitter, onde S. Ex^a o ex-Ministro Joaquim Barbosa cobrava a demissão do Ministro da Justiça. Neste instante, abro aspas: “Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a Presidente Dilma demita imediatamente o Ministro da Justiça”.

E por que essa cobrança do Ministro Joaquim Barbosa? É natural que qualquer autoridade pública, seja ela o Ministro da Justiça, seja qualquer outro funcionário público, possa receber quem com ele deseje uma interlocução. A Constituição assegura o direito de petição, e é natural, claro, que autoridades do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais possam conceder audiência para quem quer que seja.

Mas o que causou toda polêmica foi exatamente a postura do Ministro Cardozo, que trouxe três versões distintas para o mesmo episódio. Num primeiro momento, o Ministro da Justiça negou a realização da audiência, porque inclusive não constava da agenda oficial do Ministro a realização dela. E aí vem a primeira estranheza: por que razão não constava, na pauta de audiências do Ministro, aquele encontro que, num primeiro momento, foi negado; num segundo instante, veio com a versão do encontro fortuito, do encontro casual; para que aí, sim, numa terceira e definitiva versão, o Ministério e o Ministro confirmassem o encontro com os advogados de investigados na Operação Lava-Jato?

Por que a negativa? Por que esconder o encontro? O que ali foi tratado? O que ali foi discutido? E não se pode requerer, como deseja o Ministro, o manto protetor do sigilo, porque neste instante, na República, não

pode haver sigilo. Na República, não pode haver segredos, sobretudo durante o curso de uma investigação que é conhecida de todos e que tem na Polícia Federal um dos braços de investigação – Polícia Federal esta que é comandada pelo Ministro da Justiça.

Talvez chegue o momento, ou já passe o momento de termos uma Polícia Federal autônoma, independente, como acontece com o Ministério Público, como acontece com outros órgãos que precisam, sim, de autonomia e necessitam de liberdade de intervenções políticas para que possam bem funcionar na República. E a Polícia Federal é uma delas. Fica muito claro que não cabe mais, no nosso País, uma Polícia Federal que esteja comandada pelo Ministro da Justiça, para que interferências políticas sejam tentadas.

Houve uma resposta do Ministro, atribuindo uma postura ditatorial a quem acredita que o Ministro não pudesse conceder as audiências – e eu comungo com o pensamento daqueles de que qualquer autoridade tem o direito de receber quem solicitar um contato oficial; mas que isso não seja feito às escuras, que não seja feito nos porões, que não seja realizado às escondidas, como fez o Ministro Cardozo, que só revelou o encontro após a publicação dele pela imprensa. E repito: depois de ter negado sua ocorrência por duas oportunidades.

Eu escuto, com prazer, o aparte da Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Senador Cássio, eu sei que o Presidente da Mesa nesta sessão, o Senador Paim, tem a compreensão e a tolerância, porque, nesta Quarta-Feira de Cinzas – e por os Senadores estarem aqui –, S. Ex^a pode abrir uma exceção ao Regimento Interno, que não permitiria que eu lhe apartasse, por ser uma manifestação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – V. Ex^a tem toda a razão, tanto que eu já dei para ele dez minutos e, agora, dei mais vinte. É uma sessão de debate mesmo.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Eu queria agradecer, porque já interpretei o pensamento, por conhecer o espírito democrático do Senador Paim e por entender que uma questão dessa natureza tem uma relevância que transcende uma disputa Oposição/Governo. V. Ex^a e eu, como jornalista... Nessa matéria, não estamos discutindo se foi certo ou foi errado o Ministro da Justiça receber advogados. Não é isso. Como disse V. Ex^a, uma autoridade deve receber. Aliás, algumas autoridades demoram a receber Senadores, demoram a responder telefonemas, contatos de Senadores que buscam informação ou buscam tratar de assuntos de interesse das suas regiões e de seus Estados. Eu sou testemunha disso. Às vezes, a gente aqui chega e até elogia quando é bem tratado – o que é a obrigação de todos! Bem tratado que eu digo é quando a audiência é marcada com celeridade. A questão é a manifestação do ex-Ministro do Supremo Joaquim Barbosa. Não foi nem da área política, nem da oposição: foi um Ministro do Supremo com uma visão institucional das relações republicanas acerca de uma matéria que está *sub judice*, que é a Operação Lava-Jato. Por outro lado, a própria OAB... Naturalmente, não se esperava outra atitude da OAB que não fosse defender, digamos, o interesse corporativo dos seus advogados. É natural e compreensível. A questão é esta: por que tantas versões? Por que tantas versões para explicar um fato que é importante? Essa é a questão. Afinal, qual delas é a verdadeira? Qual das versões é a verdadeira? E será que a sociedade teve acesso ao real objetivo dessa conversa ou dessa posição do Ministro? Esta é a questão que fica: por que tantas versões para esse fato? Eu queria cumprimentá-lo pela abordagem do tema, que certamente vai continuar suscitando um debate profundo nesta Casa e na Câmara dos Deputados, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senadora Ana Amélia, diante do episódio, nós estaremos, inclusive pela Liderança do PSDB, sugerindo algumas providências, para que tenhamos o esclarecimento completo desse fato, que não parece ser um fato isolado, mas, sim, um conjunto de iniciativas dentro de uma estratégia de ação de defesa do Ministro da Justiça, que, em vez de defender os interesses do País e da nossa sociedade, age como advogado do próprio Governo – o que até aí seria, obviamente, natural, pois é ao Governo que ele serve –, mas também como advogado de partes envolvidas no processo.

Inclusive chama muita atenção a postura que tem adotado o Ministro Cardozo no que diz respeito a ensaio de vazamento de informações que ele pode ter em caráter privilegiado, talvez oriundas da Procuradoria-Geral da República: o Ministro, de forma reiterada, já faz ameaças veladas às oposições brasileiras, inclusive chegando a dizer que teremos, após o Carnaval, uma reviravolta na Lava-Jato, com o surgimento de nomes que até então não foram apresentados.

O Governo não vai intimidar a oposição do Brasil! O Governo não vai calar a nossa voz! Nós continuaremos defendendo a autonomia da Polícia Federal. Nós continuaremos cobrando uma postura republicana e transparente de qualquer autoridade pública. E toda essa celeuma foi causada não por nós, da oposição, mas pelo Ministro da Justiça, que omitiu a sua agenda pública e vem com a alegação mais simplória de que a agenda não foi publicada por um erro do sistema. Aliás, esses sistemas não sei como é que funcionam no Brasil: toda vez que há um problema, “foi o sistema que não funcionou”, como se o sistema não fosse produzido por homens e por mulheres, como se esses sistemas não fossem fruto da produção humana.

Então, o Ministro omite de sua agenda audiências que são descobertas e, depois, atribui a um erro do sistema o fato de não ter sido publicado, depois de ter negado a existência dela.

Vamos conectar os fatos para que eu possa escutá-lo, Senador Reguffe. Providências que estamos propondo: convocar o Ministro da Justiça na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tão logo ela esteja devidamente instalada; da mesma forma, convocar o Ministro da Justiça na CPMI que está sendo proposta, assim que ela for constituída; e sugerir ao Líder do PSDB na Câmara Federal, Carlos Sampaio, que convoque o Ministro da Justiça na já instalada CPI da Petrobras na Câmara dos Deputados.

Dessa forma, o Ministro terá inclusive a oportunidade não apenas de esclarecer esses episódios, mas de reafirmar sua postura. Porque toda crítica e toda resposta que deu o Ministro, nesse último final de semana, durante o Carnaval, é que aqueles que criticam a realização da audiência têm uma postura autoritária; que nem mesmo na época da ditadura militar se poderia imaginar que uma autoridade não pudesse receber advogados. A OAB, através do presidente Marcus Vinicius, foi na mesma linha. Ora, se é uma postura republicana, nada mais republicano para um Ministro de Estado do que vir ao Congresso Nacional, do que vir ao Senado e comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos.

Então, faremos o convite e realizaremos a convocação para dar a oportunidade ao Ministro Cardozo de ser coerente com o seu ponto de vista, coerente com o seu discurso e vir aqui trazer esclarecimentos à nossa Casa.

Escuto V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Reguffe (PDT - DF) – Senador Cássio Cunha Lima, por diversas vezes fez elogios ao trabalho da Polícia Federal. Todas as vezes em que agir como polícia de Estado, e não de Governo, vai dar uma grande contribuição a este País. Justiça seja feita, até que alguém me prove o contrário, no momento está agindo como polícia de Estado, e não de Governo. Dito isso, eu quero aqui registrar a minha opinião e a minha posição de que eu não considero apropriado, sem fazer nenhum julgamento de valor, longe de fazer um juízo de valor, mas não considero apropriado que um Ministro de Estado da Justiça receba, para conversas, advogados de réus, advogados, digamos assim, de suspeitos, proprietários de empreiteiras, sobre os quais a sociedade brasileira, no mínimo, tem uma grande nuvem. Sem querer fazer juízo de valor de se esse ou aquele é culpado; ao final das investigações vamos saber. Agora, não considero apropriado o Ministro da Justiça receber os advogados dos donos das empreiteiras no Ministério da Justiça deste País. Quero também dizer que essa questão de Ministro vir ao Congresso Nacional se explicar deveria ser uma coisa normal da democracia, isso não deveria ser encarado como uma bomba, como uma grande confusão, como uma coisa de ter que mobilizar Parlamentares. Isso deveria ser algo normal da democracia. Inclusive, estou apresentando uma proposição, aqui nesta Casa, para que todas as pessoas com função de Ministro de Estado, que todos os Ministros de Estado tenham de comparecer ao Congresso Nacional pelo menos uma vez ao ano, para explicar ao Poder Legislativo, que é o órgão fiscalizador das ações do Poder Executivo, o que estão fazendo. Isso deveria ser algo normal da democracia, do Estado democrático de direito. Portanto, eu me posiciono favorável à vinda do Ministro, sem nenhum juízo de valor. Penso que ele tem que vir ao Congresso Nacional e prestar um esclarecimento ao Congresso Nacional e à população brasileira.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço a contribuição do aparte de V. Ex^a. Concorde com a necessidade da presença de Ministros de forma frequente e regular nesta Casa. Se fizessemos um calendário, observem bem, em um mês inteiro não poderíamos receber a todos, incluindo os finais de semana, porque são 39 Ministérios.

Então, temos um País em que o grau de insatisfação, de perplexidade das pessoas cresce, e cresce exatamente por isso. Vou-me abster do debate ético, moral ou até mesmo legal se o Ministro poderia ou não ter recebido os advogados – vou sair desse debate, não se trata disso. O que não podemos é receber às escondidas.

Ter uma primeira versão negando o encontro, como ocorreu – estou insistindo nesse ponto, porque esse é o ponto fulcral, esse é ponto fundamental. Por que negou o encontro? Se era algo normal, dentro da lei, dentro da ética, por que o ato falho de negar a realização do encontro?

Ao negar a realização do encontro, desejava-se esconder qual o teor de conversa? O que foi tratado ali? O que foi discutido nessa reunião que, num primeiro momento, não foi reconhecida publicamente e não constava da agenda do Ministro? E no mesmo instante, o Ministro passa a ter uma postura de ameaça velada às oposições, começa a soltar comentários, fruto de conversas privadas, de informações privilegiadas, que porventura possa ter, de que teremos um desdobramento novo na sequência da Operação Lava Jato.

Eu disse, na semana passada, se querem investigar, podem investigar desde a Coroa portuguesa até a presente data – vamos investigar tudo. O que não se pode, contudo, é aproveitar essas técnicas diversionistas para tirar o foco da atual investigação em curso. Isso nós não aceitaremos, isso o povo brasileiro não permitirá, porque esquecem que temos hoje uma sociedade cada vez mais atenta, cada vez mais vigilante, cada vez mais

consciente das suas obrigações, e também dos seus direitos, e que tudo isso servirá para que o Brasil amadureça, para que o Brasil cresça, para que o Brasil melhore, o que é o objetivo de todos nós.

Vejam quantos temas constam da agenda desses próximos dias: nós temos as discussões sobre reforma política e sobre reforma tributária, que nunca saem de pauta; nós temos as situações graves da crise energética, do abastecimento de água; nós temos as discussões sobre o ajuste fiscal, sobre o reajuste da tabela do imposto de renda – que foi debatido há poucos instantes –; temos Operação Lava Jato, temos agora a agenda secreta do Ministro da Justiça, e não pode haver agenda secreta por parte do Ministro da Justiça. Esses temas serão todos debatidos e terão o acompanhamento vigilante, atento e cidadão ou cidadã da sociedade brasileira.

Eu escuto o Senador Cristovam e depois escuto o Senador José Medeiros com muito prazer, e a Senadora Vanessa, também, que pede o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF) – Senador Cássio, eu não vou nem discutir, porque acho que sua fala já foi muito enfática, e o Senador Reguffe complementou-a, sobre esse aspecto exato, específico de receber advogados de pessoas que estão presas, até porque não recebe de preso que roubou um ovo de galinha; que roubou comida, para matar a fome; nunca ouvi falar que recebeu advogados, se é que há, de quem roubou remédio, para levar para casa para uma criança que está doente, e não tem dinheiro; ou seja, recebeu advogados de grandes empresas. Mas é outra coisa, acho que é uma omissão que vi nesses dias – pode ser que ainda seja cedo – da Justiça, não sei da Polícia Federal ou do Ministro, que é em relação a esse escândalo que arreventou no exterior de contas de mais de 8,6 mil brasileiros, se não me engano, no banco HSBC. Não é ilegal ter conta no exterior, desde que declare direitinho sua prestação de contas para o Imposto de Renda, que diga qual é a fonte dos recursos. Mas, da maneira como essa notícia está saindo, aparentemente levantou fortes suspeitas. Acho que era preciso que nos debruássemos – digo, nós, o Brasil, a partir do Executivo, mas, se for o caso, nós também – sobre quantas dessas contas são lavagens de dinheiro e quantas são depósitos legais de pessoas que têm razões para ter conta no exterior. Estou achando que é certa omissão do Poder Executivo. Aqui estamos voltando hoje, então não se pode falar em omissão, até porque pelo menos um já está falando do assunto, acho que a gente precisa ter isso esclarecido: quem são essas pessoas? Quantas dessas têm cobertura legal, moral, para ter essas contas lá fora? Imagino que muitos, muitos, muitos desses têm total cobertura, têm total legalidade, mas, se um só não tiver cobertura na legalidade, a gente precisa apurar, precisa saber o que houve e precisa saber se isso não está relacionado também a um circuito de propinas que existe no Governo. E, quando falo isso, nem falo do atual Governo, falo de todos os governos da História do Brasil, até porque essas contas podem ser antigas também. Não estou fazendo nenhum juízo, nem vinculando isso ao escândalo da Petrobras, embora seja muito provável que haja vínculos aí também. Então, acho que a gente deveria aproveitar e cobrar do Ministro e do Banco Central também um pronunciamento, um documento, uma afirmação de que foi atrás, de que investigou, de que apurou. A televisão deixa uma coisa constrangedora, dizendo que Rolls-Royce foi acusada de dar, aliás, a Rolls-Royce, não, aqui, um dos depoentes declarou que recebeu propina da Rolls-Royce para que a empresa vendesse coisas à Petrobras e, na notícia, a Rolls-Royce disse: “Até hoje não recebeu nenhum pedido do Governo brasileiro.” O Governo deveria ter feito imediatamente um pedido de esclarecimento para saber o que houve e o que está por trás disso, se não é mentira do delator. Eu acho difícil uma pessoa mentir contra si própria: “Eu recebi propina!”, e achar que a pessoa dizer isso fosse mentira. A pessoa diz, porque certamente recebeu. Eu fiquei constrangido de ver uma empresa estrangeira dizer que o Governo brasileiro não se interessou em saber se isso é verdade ou não. E, agora, também nesse caso do HSBC, ninguém ouviu falar em qualquer reação de parte do Governo para esclarecer o que houve, para saber quem são as pessoas e, inclusive, para inocentar as que têm direito de ter essas contas, porque senão fica pesando sobre todos algo negativo. Então, acho que, aproveitando a sua fala, eu queria acrescentar esse assunto também nas cobranças ao Ministro.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sem dúvida, Senador Cristovam, essas investigações devem ser feitas, até porque também disse, na semana passada, que o PT lavou tanto dinheiro que está faltando água no Brasil inteiro. É uma coisa que estarrece o País. Eu tenho usado essa expressão com frequência, porque não encontro outra que possa traduzir melhor esse sentimento do povo brasileiro.

E, voltando ao episódio da audiência secreta, precisamos saber por que receber exatamente o advogado do empresário...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Roberto Pessoa, que, em recente matéria da revista *Veja*, ameaçava, na carceragem da Polícia Federal com anotações por escrito a também optar por um sistema de delação. E foi exatamente o advogado do empresário Roberto Pessoa que foi recebido num ambiente em que todos já comentavam, inclusive com matérias da imprensa, especificamente da revista *Veja*,

sobre a postura do empresário em desejar falar o que sabia, porque se sentia abandonado pelo PT, sentia-se abandonado pelo Governo depois de sua prisão.

Então, tudo isso precisa ser esclarecido, e precisamos levar isso adiante sem recuar um milímetro da nossa posição fiscalizadora de acompanhamento em defesa da nossa sociedade, do nosso povo, mesmo diante dessas ameaças veladas que têm feito o Ministro da Justiça, numa estratégia clara de antecipação da defesa daqueles que estão envolvidos com a Lava Jato, porque foi o mesmo método, o mesmo *modus operandi* que usaram no mensalão: quando se encontram no buraco, e não conseguem mais dele sair, tentam puxar todos. Tem acontecido isso na História recente do Brasil, e nós temos uma sociedade que é muito maior do que qualquer governo – e eu não me refiro apenas ao Governo do PT, eu me refiro a qualquer governo. E essa sociedade exige, sim, mudanças, exige transformação, e clama, sobretudo, por ética e por justiça.

Eu escuto, Sr. Presidente, com sua permissão e tolerância, o Senador José Medeiros. Depois, concedo um aparte à Senadora Vanessa, e encerro o meu pronunciamento com um agradecimento pela oportunidade do tempo concedido.

Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – Senador Cássio, muito obrigado pelo aparte. Existe no jargão policial, Senador, uma frase que é bem típica, quando se pega um bandido em flagrante. Geralmente, quando ele está se escamoteando ou dissimulando, o policial já dá a frase final para ele: “Olha, meu amigo, a casa caiu!” Eu creio que nós estamos diante de um caso bem típico de que “a casa caiu”. Os documentos que aparecem todos os dias são muito claros. São pessoas que participaram e que resolveram fazer delação premiada. E não há nem aquela desculpa de, de repente, falar que essas pessoas foram pressionadas ou foram torturadas ou foram... Não, essas pessoas chegaram ao ponto de propor devolver, um deles, se não me engano, a quantia em torno de cem milhões. Ninguém devolve cem milhões.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – De dólares.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – Exato, de dólares. Ninguém vai devolver cem milhões se a coisa não tivesse acontecido. Então, eu creio que o Governo está caçando um jeito de puxar para dentro desse buraco a Presidente Dilma. Semana passada, eu disse aqui, Senador, que eu não vi as digitais da Presidente nisso, mas eu creio que, da forma como estão conduzindo, dentro de pouco tempo isso vai estar acontecendo. Por quê? Toda hora não se tenta resolver o problema, não se tenta aclarar as coisas. Tenta-se culpar as pessoas. Agora mesmo, quando o Ministro – V.Exª bem colocou aqui –, quando o ex-Ministro do STF Joaquim Barbosa, que representa, sim, uma grande parcela da sociedade, quando tentam caçar a palavra dele, isso, sim, é ditatorial. Então, nós estamos aqui diante de um caldeirão em que não se tenta trazer à tona com transparência os fatos. Agora mesmo, eu acabei de ler no jornal que, em Minas, há uma espécie de interventor para tentar descobrir alguma coisa do Governo Aécio, para tentar puxar... É o que V.Exª falou. Tenta-se nivelar por baixo e trazer tudo. Mesmo que traga Aécio, mesmo que traga quem for, isso não muda o fato de que as coisas aconteceram. Então, o Governo está perdendo uma oportunidade grande de passar o País a limpo e de fazer com que a agenda do País ande. E nós temos uma responsabilidade muito grande aqui, como um Poder que tem a obrigação de ajudar, porque essas coisas acontecem. Então, esse debate, Sr. Presidente, é de suma importância não para polarizar governo e oposição, situação e oposição, mas sim para dar a resposta que a sociedade precisa. Porque junho de 2013 está muito próximo aqui ainda, e, de repente, vamos ficar pensando que foi por causa dos R\$0,20. Não são os R\$0,20! Essas coisas vão acontecendo, e a população vai se enchendo.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – E aí nós temos – concluindo, Sr. Presidente – nós temos uma responsabilidade grande. Quando foi dito aqui que, às vezes se atende advogado e não se atende Senador, cabe a nós fazermos uma reflexão como Poder Legislativo e pensarmos na autonomia, Sr. Presidente, desta Casa. Bem disse o pensador: “quem se comporta como verme não pode reclamar quando é pisado”. Nós temos que ter isso aqui em mente e aproveitar essa oportunidade de ajudar o País e, inclusive, de ajudar o Governo travando este debate aqui. Parabéns, Sr. Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador José Medeiros, agradeço o aparte de V. Exª.

V. Exª usa uma expressão policial – e, com muita honra, faz parte do quadro da nossa briosa Polícia Rodoviária Federal –, e eu acredito que podemos complementar sua frase com “a casa caiu, e o Palácio pode ruir”. Isso é o que nos preocupa! A casa caiu, e o Palácio pode ruir.

Cada vez mais, aproxima-se do Palácio todo esse enorme esquema de manutenção de poder. E nós estamos diante não de uma investigação; pela primeira vez, ao menos nessa história recente do Brasil, nós estamos diante de várias delações em que a casa caiu. E são delações que não foram ainda reveladas de forma plena,

de maneira completa ao conhecimento da população brasileira. Aqui e acolá, a imprensa divulga um trecho de um depoimento; aqui e acolá, revela-se uma parte da delação, mas nós não conhecemos ainda o conjunto dessa delação que fez com que a casa caísse e pode fazer o Palácio ruir.

Eu escuto a Senadora Vanessa, que aqui representa com muita força e coragem o Estado do Amazonas.

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Cássio. Eu solicito o aparte de V. Exª, e já agradeço pela concessão, para polemizar um pouquinho, mas confesso que, com a parte final do seu pronunciamento, eu refaço o meu aparte. Uma série de questões que eu queria falar não mais falarei, porque observei que V. Exª, ao fazer a crítica, se diferencia de tantas críticas que nós estamos vendo ser relatadas pela imprensa. Não critica o Ministro pelo fato de ele ter recebido... Aliás, considera isso, em uma democracia, algo legal, como, aliás, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, que hoje divulga uma nota pública, não especificamente em relação ao Ministro José Eduardo Cardozo, mas ao fato da justeza de uma autoridade, seja ela quem for, receber advogados neste País. Ou seja, vivemos em uma democracia, e nada mais lícito e justo do que ministros receberem advogados, como recebem empresários, como recebem trabalhadores sindicalistas. Então, não é esse o fato. Então, V. Exª se diferencia, Senador Cássio – se me permite reforçar essa parte em seu pronunciamento –, se diferencia de outras críticas ao não criticar o fato de o Ministro ter recebido advogado; critica o Ministro por não ter dado a transparência necessária a esse encontro. Eu não tenho nenhuma procuração para defender o Ministro José Eduardo Cardozo. Absolutamente nenhuma procuração! Mas creio que não é nem do tipo do Ministro fazer algo assim: receber, em um órgão público, dentro de um ministério, alguém em sigilo. Diz o Ministro – eu li, como V. Exª leu, as suas declarações a respeito do fato – que houve uma falha. Aliás, diz o Ministro que não foi em um único dia essa falha. E que, se alguém quisesse deter à agenda do ministério com mais cuidado para que não expussemos aqui juízo de valor injusto, que o faça. Então, eu quero registrar isso, Senador Cássio Cunha Lima. Acho que não dá para procurarmos fazer tempestade em copo d'água. Tempestade em copo d'água! Nós sabemos que a imprensa, por exemplo, detém muito mais conhecimento acerca dessa Operação Lava-Jato, fatos de que nem nós temos conhecimento; nem a CPML passada, que se encerrou no final do ano passado, teve. E nem por isso nós estamos diminuindo...

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB - AM) – ... o papel do Ministério Público ou do Poder Judiciário, Senador Cássio Cunha. Nem por isso. Mas eu tenho convicção de que a imprensa, os meios de comunicação têm muito mais informações do que foi revelado. Aliás, ontem eu assisti a um telejornal. Ontem, ouvi um apresentador dizendo o seguinte: no Brasil, tudo começa depois do Carnaval; e, se as coisas estavam ruins até agora, o que virá é muito pior. Eu vou fazer um discurso aqui, dizendo que, se ele falou isso, é porque ele tem conhecimento de algo ou não, Senador? Eu acho que o que nos cabe, primeiro, é não deixar o Brasil se contaminar com isso. O Brasil tem que continuar a caminhar, continuar a produzir. Agora, devemos investigar absolutamente tudo! Que não fique pedra sobre pedra! E dizer que, quando alguns querem envolver outros, é para desviar a atenção? Não! Quem estiver lá está necessariamente envolvido, Senador Cássio, e quem está necessariamente envolvido tem que ser denunciado e tem que ser punido. Eu não quero se é do seu partido, do meu partido; quem quer que seja e de onde quer que venha. Este é o pronunciamento agora, esta é a atitude: primeiro, defender o Brasil. E defender o Brasil significa manter o nosso desenvolvimento e manter muito fortes as investigações, para que todos, do atual Governo, de governos passados, seja quem for, que meteram a mão naquilo que é do povo, sejam condenados. Que sejam investigados e condenados com a maior imparcialidade que possa existir e que devem ter os agentes públicos, Senador. Então, era esse o meu destaque em relação ao seu pronunciamento. Muito obrigada.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu agradeço, Senadora, pelo aparte.

Concluo, Sr. Presidente, a minha fala apenas dizendo que defender o Brasil, Senadora Vanessa, é não permitir que ele continue sendo roubado; defender o Brasil é não permitir que o País continue sendo espoliado por um projeto de poder que aparelhou o Estado brasileiro e que montou uma verdadeira máquina de corrupção para se perpetuar no Poder.

E o que chama atenção, para fechar o tema – e eu me eximi do debate ético, legal sobre se deveria ou não o Ministro conceder a audiência para advogados investigados –, é o fato da negativa da ocorrência da audiência. É isso que chama atenção, foi isso que trouxe os holofotes para o episódio. Se nada havia a esconder, por que o Ministro negou a realização do encontro? Se nada havia a esconder, por que, numa segunda versão, ele disse que apenas foi um encontro fortuito e casual, para que, aí sim, numa terceira e definitiva versão, o Ministro reconhecesse a existência da audiência e apenas justificasse, com uma falha do sistema, o fato de ela não ter sido tornada pública?

Quanto à OAB, ela está fazendo o seu papel de entidade de classe. Eu sou advogado inscrito na OAB da minha querida e amada Paraíba – 6.836 é a minha inscrição na OAB-PB – e compreendo que o advogado não pode ser tolhido do exercício de suas funções. E a OAB ficou restrita à defesa do exercício da atividade profissional dos advogados, os operadores do Direito, que não podem ser criminalizados.

Portanto, encerrando este meu pronunciamento, vamos propor a convocação do Ministro da Justiça para a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, quando ela for devidamente instalada; propor a convocação do Ministro, caso consigamos a instalação da CPMI da Petrobras; e propor a convocação de S. Ex^a na já instalada CPMI da Petrobras da Câmara dos Deputados do nosso País.

Agradeço, Sr. Presidente, mais uma vez, a tolerância e a contribuição ao bom debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Esse foi o Senador Cássio Cunha, que falou em nome da Liderança do PMDB. Senador Cássio Cunha Lima.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a fala como oradora inscrita.

Em seguida, será um orador como Líder ou uma comunicação parlamentar. As senhoras...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Um Líder acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Mas vejam se as senhoras se entendem. Para mim é indiferente. Senadora Ana Amélia, com a palavra, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, sociedade que nos acompanha nesta Quarta-Feira de Cinzas, em que o Brasil, vagarosamente, começa a esquecer a folia de Carnaval e a entrar no debate da nossa realidade, como o que vimos aqui nos problemas abordados no pronunciamento da Senadora Vanessa – desculpe, no aparte –; antes, no da Senadora Gleisi Hoffmann, sobre os problemas no seu Estado; no do Senador Reguffe; no do Senador Cássio.

Agora, ocupo a tribuna, saindo um pouco, mas mantendo o foco nas questões centrais vividas pelo nosso País, trazendo à tribuna o movimento que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil faz, a cada Quarta-Feira de Cinzas, no início da Quaresma: a Campanha da Fraternidade.

Este ano, a Campanha da Fraternidade, eu diria, serve como luva e, sobretudo, como reflexão não só aos católicos, mas a todos os cristãos de qualquer credo e a todas as pessoas de boa vontade. A vida em sociedade é o eixo do tema “Fraternidade: Igreja e Sociedade”.

Lançada na manhã desta quarta-feira, na sede da CNBB, aqui em Brasília, Senador Paulo Paim, com o lema “Eu vim para servir”, a mobilização – que começa hoje, Quarta-Feira de Cinzas, após o período de Carnaval, e ocorre até o domingo de Páscoa, que será no dia 5 de abril – reforça a necessidade cada vez mais urgente de ações pró-ativas em benefício das comunidades, seja na atuação política ou na simples convivência rotineira em família, com a vizinhança, com o bairro ou com a sua comunidade.

A atuação social é indispensável para que as nossas instituições, sobretudo a primeira delas, que é a família, e depois as instituições públicas, a nossa escola, o nosso trabalho, onde nós convivemos, estejam todos a serviço de todos.

Aliás, o presidente regional da CNBB, o bispo de Novo Hamburgo, Dom Zeno Hastenteufel, declarou: “A sociedade brasileira, infelizmente, está carente de justiça e de verdade”. Basta olharmos a situação atual da política e da economia do País para constataremos que, lamentavelmente, os problemas do brasileiro ainda são muitos, e os desafios, bastante numerosos e muito grandes.

Para renovar a esperança, apesar de tantos episódios de corrupção e roubalheira e da má gestão dos recursos públicos, na declaração desse prelado, é preciso, por isso, maior envolvimento social e protagonismo nas ações públicas, privadas e também políticas. Esse é o tom da Campanha da Fraternidade deste ano, muito ligada aos problemas reais da sociedade brasileira.

É uma oportunidade, portanto, de avaliar o Brasil que temos e repensar o País que queremos para cada um de nós: para nossas famílias, para nossos filhos, para nossos netos, para nossos amigos, para nossos colegas.

Pergunto, por isso: como ter mais justiça, caros Senadores e Senadoras, quando milhões de brasileiros, que trabalham aproximadamente quatro meses por ano só para pagar impostos, não têm sequer o retorno do dinheiro que gastam com o serviço público em saúde, em segurança, em educação, em transportes? Ainda estão sobrecarregados, esses contribuintes, com os elevados custos, agora, dos combustíveis, da água e da energia elétrica.

Como ter uma sociedade mais justa sabendo que uma empresa tão importante, com mais de 86 mil empregados, como é o caso da Petrobras, está afundada numa gravíssima denúncia de corrupção com gra-

ves danos não só ao setor de energia – no caso, petroquímico –, mas também, agora, afetando o reajuste dos preços dos próprios combustíveis?

Como é possível ter tranquilidade quando muitos trabalhadores, ex-funcionários e funcionários da estatal se perguntam se terão a segurança de que o fundo de pensão Petros esteja bem administrado, não tenha interferência política, como em tantos já aconteceu?

Ou os acionistas minoritários, também trabalhadores, que usaram suas poupanças do Fundo de Garantia para aplicar nas ações da Petrobras e agora viram esses valores diminuírem ao ponto de ficarem numa perda quase total daquele investimento, daquela poupança? Poupança feita ao longo da vida desses trabalhadores!

Como é possível ter tranquilidade quando muitos trabalhadores, ex-funcionários do setor aéreo brasileiro, que contribuíram para o fundo Aerus, que entrou em falência, demoraram mais de oito anos para receber seus benefícios previdenciários? E isso só aconteceu pela ação da Justiça, Senador Paulo Paim. V. Ex^a, e aqui está o Senador Alvaro Dias; na Câmara dos Deputados, o Deputado Rubens Bueno; juntos estivemos acompanhando, trabalhando no Supremo Tribunal Federal, cobrando da Ministra Cármen Lúcia, que aliás foi a autora, e V. Ex^a estava lá, Senador Paim, acompanhando aquele voto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Estávamos juntos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – ...primoroso, Senador Paim, uma das peças jurídicas mais bem fundamentadas para assegurar o direito dos servidores em relação à aposentadoria decorrente da contribuição do Aerus. Só agora receberam o dinheiro, uma parcela, uma parte dele, pela ação da Justiça.

Pergunto também como ter justiça de verdade quando a correção da tabela do Imposto de Renda foi tão tocada aqui agora há pouco, pelos Senadores que me antecederam, em valores abaixo da inflação. Será que os brasileiros ou os contribuintes merecem pagar mais impostos, sem ter também um retorno do que fazem à receita da União, não só pessoas físicas, mas também aqueles trabalhadores que estão vinculados ao seu emprego e que da mesma forma contribuem?

Vale lembrar que Imposto de Renda, cuja defasagem na correção da tabela alcança 65%, conforme dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) está, até o momento, sem reajustes compatíveis com a realidade dos preços no Brasil, como foi aqui abordado pelo Senador Reguffe. Em janeiro, a Presidente Dilma vetou a MP 656, que previa uma correção de 6,5% nas faixas do imposto.

O IPCA de 2014, índice oficial de inflação – é bom que se diga – terminou o ano com elevação de 6,41%. Sou autora do PLS 2, de 2014, que corrige a tabela do Imposto de Renda, pelo INPC, que é o índice que corrige o salário mínimo anualmente. Isso sem falar nas dificuldades de repasse de recursos para Estados e Municípios e nos problemas educacionais que o Brasil precisa enfrentar.

A educação, Senador Paim, é, digamos, o valor fundamental, que nos norteia, que nos indica o caminho do respeito, da civilidade, da boa convivência, de todos os procedimentos, das virtudes e dos princípios de valorização da vida, a educação.

Nove em cada dez Municípios brasileiros, infelizmente, não atingiram o percentual mínimo de alunos com desempenho adequado em matemática no 9º ano do ensino fundamental, segundo os parâmetros ou os índices do movimento Todos pela Educação para 2013.

De acordo com esse movimento, só 10,8% dos Municípios atingiram a meta intermediária calculada para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, pelo menos 70% dos alunos tenham aprendido adequado. Em português, esse percentual também foi baixo, foi de apenas 29,6% dos Municípios.

Desde 2011, menos Municípios estão conseguindo cumprir as metas intermediárias em matemática e em português. Em 2009, 83,7% dos Municípios conseguiram cumprir a meta para o ano, em português, do fim do ensino fundamental, e 42% das cidades atingiram a meta para matemática. Não houve, infelizmente, melhorias nessa área.

É preciso, portanto, pensar em políticas públicas específicas para os anos finais do ensino fundamental. A formação de professores e a definição de uma base nacional comum seriam questões-chave neste caso, a definição de uma base ou de um currículo nacional comum. E espero que o Ministro Cid Gomes, que está focado nesta questão, até porque é o Ministério que está, no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, com a responsabilidade de implementar a prioridade que ela definiu da tal “Pátria Educadora”.

A expressão soa bonito, mas ela não pode apenas soar bonito, ela precisa ser materializada. A “Pátria Educadora” precisa sair do papel e se tornar realidade; caso contrário, nós vamos continuar nos discursos lutando por mais educação, por mais igualdade, por mais inclusão e isso, na prática, não acontece.

É por todas essas questões que a Campanha da Fraternidade deste ano tem esse olhar atento à sociedade e se torna cada vez mais relevante, pois nos leva a refletir sobre o papel fundamental que cada um de nós, agentes públicos ou não, teremos que desempenhar neste ano desafiador.

Queria também mencionar, Senador Paulo Paim, porque hoje conversei com muitos dos nossos prefeitos, e eles estão muito preocupados, porque o Estado, que está vivendo dificuldades financeiras agudas, não está repassando, por questão orçamentária, os recursos aos Municípios. O senhor deve conversar com muitos prefeitos, e a queixa é a mesma.

A União, como não foi aprovado ainda o Orçamento do ano passado, não está executando o Orçamento. E aí também nos programas do FNDE, que é para a educação, que eu estou acabando de repetir, prefeitos que se comprometeram com projetos no FNDE, como o PAR, que é um programa de acompanhamento do trabalho feito em reformas nas escolas, também não está repassando, por conta do impedimento da execução do Orçamento. Então, as prefeituras que bancaram, confiando no repasse, estão, eu diria, a ver navios, e isso é muito grave, em relação a essa questão. O Orçamento não foi aprovado, e é a justificativa principal hoje para a não liberação.

Por fim, Senador Paulo Paim, o senhor, que nasceu em Caxias do Sul, quero dizer que aqui não estarei, fazendo-lhe companhia, amanhã, e aos demais colegas, porque irei a Flores da Cunha, porque amanhã, às cinco da tarde, será aberta a 13ª FenaVindima, que é uma celebração não só da colheita da uva, mas também a celebração da produção do vinho. E a FenaVindima tem neste ano o vinho para brindar e a festa para celebrar. Ela começa amanhã, e todos estão convidados.

É uma das regiões mais bonitas do nosso Estado, a Serra Gaúcha. Flores da Cunha é de imigração italiana. Ali chegaram trinta famílias lá em 1877, vindas do Vêneto, Piemonte e Lombardia, na Itália, e ainda se fala o vêneto, o dialeto vêneto, ali naquela região. Com uma culinária extraordinariamente saborosa, de origem italiana. A Senadora Vanessa Grazziotin, que é também de origem italiana, nasceu ali em Santa Catarina, sabe bem do que eu estou falando, Senadora Vanessa. E Flores da Cunha é a maior produtora de vinhos do País. Ela tem quase 30 mil habitantes, de descendência italiana.

Flores da Cunha foi presidente, governador do Rio Grande do Sul nos anos 1930, e antes se chamava Nova Trento, exatamente pela origem dos imigrantes que chegaram lá há dois séculos passados. Desde 1994, ela é considerada a maior produtora de vinhos do País.

Dados mais recentes, disponíveis no Cadastro Vinícola, feitos pelo Ibravin e também pelo Ministério da Agricultura, indicam que a produção do Município de Flores da Cunha, em 2009, alcançou 84,4 milhões de litros, ou seja, 56% a mais que segundo colocado no *ranking* da produção de vinhos do País.

O Município possui em torno de 200 indústrias vinícolas, desde pequenas cantinas artesanais a grandes empresas vitivinícolas. Além disso, é o segundo maior produtor de uvas do Brasil, o segundo polo moveleiro do Rio Grande do Sul, o segundo maior produtor de alho do Estado e o primeiro produtor de bebidas alcoólicas gaúchas, com indústria diversificada. Imagine só: praticamente para cada 18 habitantes há uma indústria; é uma economia extremamente diversificada e uma forte produção de hortifrutigranjeiros, comércio forte e serviços de qualidade e está localizada na Serra Gaúcha, a 150km de Porto Alegre.

Então, a 13ª FenaVindima, que acontece amanhã, terá a recepção do Prefeito Lídio Scortegagna e também, claro, da rainha Janaina Massarotto e das princesas Camila Baggio e Mayara Zamboni. Não dá para duvidar que todos os sobrenomes sejam de origem italiana, Senadora Vanessa Grazziotin.

Então, amanhã, essa grande festa porque ela celebra também o trabalho daqueles agricultores que, pendurados naquelas encostas – e na época fria, na época de inverno, aquela região é muito fria –, trabalham com muita dedicação e oferecem agora então a Festa da Vindima, que terei a oportunidade amanhã de compartilhar com todos eles.

Mas eu ouço com muita alegria o aparte de V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB - AM) – Serei breve porque sei que V. Exª já se encaminha para o encerramento do pronunciamento, Senadora Ana Amélia, mas apenas para registrar que eu tive a oportunidade e a alegria até de estar na sala da Presidência desta Casa, do Senador Renan Calheiros, quando estiveram lá, trazendo o convite oficial da cidade à Casa, ao Presidente da Casa, para que pudesse comparecer à festa, o Prefeito da cidade, a rainha e as princesas. Tenho certeza de que neste momento eles devem estar lá, de Flores da Cunha, ouvindo o pronunciamento de V. Exª e muito orgulhosos disso, Senadora, porque uma festa é muito mais do que uma festa, é uma festa, como V. Exª disse, que representa toda uma tradição de famílias que vieram de muito longe, muitos anos atrás, que migraram para o Brasil e hoje ajudam a fazer este País tão bonito, tão belo, exatamente por sua diversidade. Então, eu quero que V. Exª nos represente naquela festa. Eu gostaria muito de estar lá, como também, tenho certeza, o Presidente Renan, todos os outros Senadores e Senadoras, o Senador Paim, que é do Rio Grande do Sul. Mas, como V. Exª, terei que viajar para o Estado do Amazonas, a fim de cumprir uma agenda dura de trabalho, Senadora. Então, desejo a V. Exª, à cidade Flores da Cunha e sua gente, ao Estado do Rio Grande do Sul, uma bela festa, mais uma que brindam ao nosso povo brasileiro. Parabéns, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Certamente, também queria que esse aparte da Senadora Vanessa fosse acrescido ao meu pronunciamento, Senador, porque vamos enviar ao conhecimento do prefeito de Flores da Cunha e da comissão organizadora desta FenaVindima, que tem uma importância, exatamente para destacar o trabalho muito relevante de toda a comunidade. Parabéns. Muito obrigada a Flores da Cunha e a toda a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Senadora, me permita fazer um comentário. Não sei se vai ser adequado, mas vou fazer. Eu comentei, um dia desses, na mesma linha de V. Exª, que tanto a festa que temos do vinho em Bento, como falei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Fenavinho, de Bento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ...da Fenavinho, como comentei de Flores da Cunha. Sabe aquele cara que está contra tudo e contra todos, de mal com a vida?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Não tinha o que fazer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Ligaram, mandaram um monte de correspondência perguntando se eu não tinha outra coisa para fazer. Exatamente na linha que a senhora falou. Então, eu estou elogiando V. Exª, que está falando do turismo, está falando de trabalho, está falando de festas que dão vida não só ao nosso Estado, mas também a diversos Estados e diversas regiões. Eu assino embaixo do seu pronunciamento e faria tudo de novo, apesar daqueles que se escondem, às vezes, atrás do computador e dizem o que bem querem. Agora, eles têm que começar a ouvir também o que não querem. Parabéns a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Senador Paim, esse é o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Você lembra também do Aerus, o que nós ouvimos? Depois que deu certo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Ficaram todos quietinhos. Pianinho, pianinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Eu acho que muitos usam *fakes*, não se identificam porque não têm coragem de assumir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Exatamente, não se identificam.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – É, não se identificam. Então, esse é um problema das redes sociais.

O jornal *La Nación*, na Argentina, fez um belo comentário sobre esse problema, que tem servido para atacar e denegrir a imagem de muitas pessoas que são sérias, que trabalham corretamente.

Eu fiz esse registro até para que as pessoas que estão acostumadas a verem aqui o senhor, eu, que estou aqui presente. E o que eu estou fazendo? E é minha missão, sim. E ficariam lá em Flores da Cunha, muitos querem a presença dos seus representantes aqui no Congresso Nacional, para estar junto com eles, para valorizar o trabalho da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – E nós somos Senadores, porque representamos os nossos Estados. E falarei da riqueza de uma cidade, de uma comunidade, como Flores da Cunha ou Caxias, Vacaria ou a minha Lagoa Vermelha. Não pude ir à Festa Nacional do Churrasco, de que aqui falei. E falarei sempre, com muito orgulho, da minha terra, Lagoa Vermelha, pelo que ela fez. Nós temos essa obrigação. Seria errado se não o fizéssemos, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – E continuaremos falando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Claro que passamos aqui, hoje, abordando temas de interesse nacional: a correção da tabela do Imposto de Renda, o problema relacionado ao encontro do Ministro da Justiça com os advogados que estão na Operação Lava Jato. Falamos sobre vários problemas, apresentei várias manifestações. Falei, agora, sobre a questão da fraternidade. E o que é isso? É servir à comunidade.

Mas o mais importante é que tenho certeza de que a comunidade está satisfeita com o que nós estamos fazendo. E todas as outras comunidades se sentirão igualmente honradas, cada vez em que um Parlamentar aqui vier, para falar sobre elas.

Lamentavelmente essas pessoas, como disse V. Exª, devem estar de mal com a vida ou não conseguem dimensionar a importância que há em falar sobre elas. Essa é a questão. Bastava entender que por não olharmos a nossa aldeia é que pecamos e erramos muito.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns pelo seu pronunciamento. Naturalmente, se puder, me represente lá. Eu gostaria muito de estar lá também.

A Senadora Vanessa Grazziotin falará para uma comunicação inadiável.

Na seqüência, é este que vos fala, e a senhora, então, assume a Presidência neste momento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Muito obrigada, Senador Paim.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, venho a esta tribuna, para, mais uma vez, falar de temas que têm ocupado muito o pronunciamento dos Srs. Parlamentares e das Srªs Parlamentares.

Se fizermos um levantamento dos pronunciamentos feitos desta tribuna, veremos que a maior parte aborda, sobretudo, esta grande operação de combate à corrupção no Brasil, chamada Operação Lava-Jato. E todos, absolutamente todos, independentemente da Região, do Estado, do partido político, vêm à tribuna, para falar da importância de mudar procedimentos a partir desses fatos que estão sendo elucidados pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pela Justiça brasileira, Sr. Presidente.

Entretanto, eu creio que é hora de separarmos o joio do trigo, de podermos ver quem realmente está a favor do combate à corrupção, porque a corrupção não deve ser combatida apenas em determinados momentos, em momento A ou momento B. Não! A corrupção é algo que vai e vem, aparece. Portanto, a principal tarefa que todos temos, Senadora Ana Amélia, que passa a dirigir esta sessão a partir deste momento, talvez seja como blindar, ou como proteger ainda mais a Nação, o Estado brasileiro, as empresas públicas, desse tipo de ação, para que daqui a algum tempo não venhamos a tratar novamente das mesmas questões.

Em primeiro lugar, quero deixar claro que me espanta o pronunciamento daqueles que dizem que a corrupção é culpa deste Governo e, assim, não podemos investigar nenhuma linha do que aconteceu para trás. Ou alguém que ousar falar de algum fato que não tenha acontecido neste Governo, mas em governos passados. Esses não querem apurar a corrupção.

Ora, Srª Presidente, o que é isto? Temos que apurar tudo, repito, Senadora Gleisi, doa a quem doer. Tenho ouvido com muita atenção, apesar de ter falado que a imprensa toca no assunto muito *en passant*, que tudo começou lá em 1997, 1998. Não estou aqui querendo isentar da culpa quem quer que seja ou quem esteja no Governo ou na empresa. Não! Apenas acho que todos os que se envolveram têm que ser investigados; todos os que se envolveram têm que ser punidos. E, mais do que isso, a nossa obrigação é trabalhar, repito, na formulação de um novo Estado brasileiro, na formulação de uma nova legislação que seja protetiva da cidadania e da democracia, da jovem democracia brasileira.

Dessa forma, Srª Presidente, estamos assistindo a inúmeras manifestações afirmando que vivemos uma crise ética, que o País está mergulhado no caos e que nossas instituições não têm condições de responder aos desafios de nossa sociedade. Temos visto ressurgir vozes que clamam pela interrupção deste que é o mais longo período democrático da nossa República.

É certo que são vozes isoladas que propugnam a volta da ditadura, como se houvesse algo que justificasse tamanha violência contra o nosso povo e os seus direitos. Essas vozes, muitas com um passado de luta pela democracia, têm abdicado de sua responsabilidade para emular a extrema direita por uma visão míope e de curto prazo. Aliás, erro semelhante cometeu a UDN e a sua mais famosa voz, o ex-Deputado Carlos Lacerda, que, com sua pregação golpista, abriu a caixa de Pandora do golpe militar e também por ela foi cassado.

É preciso ter seriedade e responsabilidade neste momento. É preciso aperfeiçoar a nossa democracia, Srª Presidenta, e não assassiná-la. E um passo importante nesse aperfeiçoamento é, sem dúvida, a reforma política. E é esse o tema a que, mais uma vez, me dedico desta tribuna, Senador Paim.

O debate sobre a reforma política vem se popularizando no País desde que milhares de manifestantes ganharam as ruas no ano de 2013. O tema ganhou mais visibilidade e agora, depois das eleições, volta com força no Congresso Nacional.

O tema é bandeira histórica do meu Partido, o PCdoB e foi reforçado por uma proposta que veio da sociedade, uma proposta que está escrita por meio do Projeto de Lei nº 6.316, de 2013, em uma coalizão que reuniu mais de 100 entidades para debater o tema, uma coalizão pela reforma política, democrática e eleições limpas.

Entre os pontos defendidos pelo meu Partido, por mim e pela coalizão das entidades populares – e eu tenho aqui uma cópia do manifesto da coalizão –, o primeiro ponto é exatamente, repito, o afastamento do poder econômico das eleições. Ou seja, o fim do financiamento privado, empresarial das campanhas, uma maior participação popular e o aumento da representatividade feminina nas instâncias de poder.

Em minha opinião, Srª Presidenta, e de setores importantes da sociedade brasileira, um ponto é central. E repito: esse ponto central é o fim do financiamento empresarial de campanhas, para acabar com a corrupção eleitoral.

A influência do poder econômico nas eleições cerceia e impede que vozes que não dispõem de recursos possam estar presentes neste plenário. Todos sabem o tamanho dos custos de uma campanha eleitoral e as dificuldades que os partidos têm para arrecadar recursos. Mas, infelizmente, o que se depreende das opiniões

de alguns membros da comissão que está sendo formada na Câmara dos Deputados e que irá discutir a reforma política é diametralmente oposta aos interesses da sociedade.

Setores conservadores apontam como saída para a democracia o seu apequenamento. Buscam responder às justas reivindicações da sociedade com uma reforma política antidemocrática, que constitucionaliza o financiamento de campanha por empresas; que adota, possivelmente, um sistema chamado de distritão; adota o fim das coligações proporcionais, além do estabelecimento, se for o caso, dependendo de que sistema eleitoral passar, da possível instituição de uma cláusula de barreira. Apontam como rumo para o País o alijamento, portanto, do povo da política e do processo democrático do nosso País. Propõem que, para superar deficiências, as aumentemos ainda mais, e é exatamente esse o conteúdo da proposta que está sendo constituída majoritariamente, Sr^a Presidente.

Eu quero, aqui, falar a respeito dessa questão do financiamento.

Muito animados estivemos – e eu continuo, estou ainda, e creio que a população deve continuar – com o fato de o Supremo ter iniciado o julgamento de uma ação de inconstitucionalidade a que deu entrada a Ordem dos Advogados do Brasil, questionando a constitucionalidade do poder que as empresas têm de interferir nos processos eleitorais através do financiamento de campanhas. Esse julgamento já obteve seis votos e todos eles favoráveis à inconstitucionalidade do atual sistema vigente no País.

Ocorre que o Ministro Gilmar Mendes pediu vista do processo e, até agora, está a analisar o referido processo. Então, quero aqui, de público, fazer o que já tive oportunidade de fazer pessoalmente ao Ministro, há alguns dias: que o Ministro libere para julgamento.

O Ministro colocou, de forma sincera – eu assim senti por parte do Ministro Gilmar Mendes –, o fato do atrito que, muitas vezes, o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, o STF, cria com o Parlamento brasileiro quando legisla questões sobretudo eleitorais, mas, por diversas vezes, isso já foi feito pelo Poder Judiciário e nunca as relações foram abaladas. Creio que, agora, também não deverão ser abaladas.

Portanto, esse julgamento é fundamental até para que o Congresso Nacional possa seguir, com maior segurança, votando essa reforma política, ou seja, precisamos da palavra final do Poder Judiciário brasileiro acerca da legalidade ou não do financiamento por parte de empresas.

Porque a peça é muito consistente, Senadores. Senador Paim, a peça da OAB é muito consistente. Ela mostra, claramente, o quanto há uma deturpação do sistema e representatividade política no Brasil, essa possibilidade de empresas, ou seja, pessoas jurídicas, e não físicas, interferirem diretamente no processo eleitoral, incentivando, pagando, dando recursos para campanhas.

Precisamos debater isso e não só no Parlamento, mas com a sociedade brasileira. Aí, sim, estaremos demonstrando nosso verdadeiro objetivo em dizer não à corrupção e não apenas utilizar a bandeira da ética para derrubar o governo A ou B, que é o que recheia a história passada do nosso País.

Não há como fugir da realidade. Uma reforma política necessita de um debate e participação, necessita ouvir a sociedade, necessita ampliar e oxigenar a política. Transparência e democracia não podem ser subjugadas ao poder econômico.

Para analisar de forma diferente da que eu tenho analisado até agora, quero passar – após conceder aparte a V. Ex^a, se assim a Presidente permitir, Senador Paim – a ler um artigo escrito pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e publicado na revista *Carta Maior*. É um artigo que considero simples, muito simples, é tudo aquilo que nós sabemos, mas muito bem apresentado e muito bem escrito e que representa, de fato, o momento que nós vivemos.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (PT - RS) – O meu aparte, de fato, é um pequeno aparte. É só para dizer que concordo, na íntegra, com V. Ex^a. O poder econômico cada vez mais avança sobre a democracia e, naturalmente, sobre o Congresso Nacional. Os dados que o Dieese apresenta são assustadores. Praticamente diminuímos pela metade a chamada Bancada trabalhista, sindical, de líderes dos trabalhadores, porque eles tiveram uma concorrência desleal. Eu me lembro do meu querido amigo – e seu também – Inácio Arruda, que não voltou para o Parlamento. Foi, de fato, uma disputa totalmente desproporcional. A continuar este quadro, permitindo que o poder econômico invista milhões e milhões... Fala-se, hoje, em R\$20 milhões, R\$30 milhões – vinte para eleger um Deputado e trinta para eleger um Senador. Isso não existe. Não há como, não há como a gente enfrentar esse combate. Por isso que eu sou daqueles que vai na linha de V. Ex^a. O financiamento público de campanha é fundamental. Não pode mais o grande capital monitorar, financiar e cobrar a campanha dos políticos no futuro. Aí dá no que deu, como é o caso agora de todas as denúncias que chegam ao País, que passam por esse viés. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. Oxalá a gente faça a reforma política e eleitoral, e a gente não permita mais que as campanhas possam ser financiadas ou até compradas pelo grande capital. Parabéns a V. Ex^a.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu lhe agradeço, Senador Paim. Eu já havia me referido, para ilustrar o aparte de V. Exª, que eu considero como a íntegra de meu pronunciamento, se V. Exª assim permitir, os dados do Diap, mostrando que, para uma representação empresarial, de 273 Deputados e, representação ruralista, de 160, o que soma 433; e nós temos 91 representantes da área sindical – noventa e um.

Quando V. Exª fala que uma campanha de um Deputado custa 20 milhões, 30 milhões, eu espero que a população esteja nos ouvindo: 20 milhões, R\$30 milhões, para uma campanha de um Deputado – uma campanha! É possível isso?

O Dr. Samuel Pinheiro Guimarães retrata muito bem isso naquilo que escreveu e foi publicado, repito, na *Carta Maior*. Vou ler alguns trechos, porque não posso nem tenho tempo, aqui, Senadora Ana Amélia, de ler todo o artigo de Samuel Pinheiro Guimarães. Mas vou ler os trechos que considere mais marcantes, mais importantes.

Ele inicia dizendo e retratando exatamente esse clamor público, a revolta de todas as classes da sociedade contra as revelações de corrupção, e faz alguns questionamentos. Ele diz:

Quando terá começado a corrupção? Quem são os culpados? É um fenômeno exclusivamente brasileiro ou do mundo subdesenvolvido ou humano em geral? A quem interessa? Ocorre apenas no setor público? Será uma característica inata da sociedade brasileira?

Ele começa assim, de uma forma simples. Mas são perguntas que todos nós devemos fazê-las e respondê-las ao mesmo tempo, todas as pessoas, todos os cidadãos, todas as cidadãs, trabalhadores, mulheres, jovens, seja quem for. E diz que os incidentes de corrupção que a operação Lava Jato vem desvendando e que vazam para a imprensa estariam relacionados diretamente com o financiamento de campanhas eleitorais. Talvez não tudo, porque os fatos também dão notícia, dão conta de que muitos daqueles que metiam a mão no dinheiro público era para enriquecer, era para aumentar suas fortunas pessoais. Mas, quando se fala em envolvimento de partidos, é para quê? Para financiar campanhas eleitorais. Aí entra a maior dúvida: mas o dinheiro foi dado legalmente ou não foi para o partido A, B ou C? Porque todos receberam. Aquilo é legal ou não? Até que ponto nós temos algum medidor que possa dizer que aquele dinheiro que o partido A, B ou C recebeu não seja dinheiro fruto de corrupção?

Então, ele levanta por aí e trata, no artigo, dizendo que o sistema de financiamento de campanhas eleitorais está vinculado à representação de interesses econômicos no Legislativo e Executivo. E diz:

O caso do Judiciário é um tema a parte, ainda que de grande interesse. O candidato Aécio Neves... [Estou aqui, repito, lendo o que escreveu Samuel Pinheiro Guimarães] O candidato Aécio Neves gastou em sua campanha eleitoral, de acordo com as declarações ao TSE, cerca de R\$201 milhões; a candidata Dilma Rousseff gastou cerca de R\$318 milhões. O custo total das campanhas para presidente, governador, senador e deputado foi de R\$5 bilhões. [Cinco bilhões de reais.]

Concedo o aparte, Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – Senadora Vanessa, é bem lembrado este assunto trazido por V. Exª, principalmente no que tange à questão da corrupção, que se coloca que o pano de fundo são as campanhas eleitorais. É bem lembrado que a conta é toda jogada no meio político. Bem colocada a sua ressalva de que tendemos, no País inteiro, dizer “Olha, meu governo é totalmente técnico”; ou, às vezes, quando um Prefeito ou um Governador assume, dizer “Vou montar um governo totalmente técnico, sem político nenhum”. E por vezes até se nega a política, como se um governo cheio de técnicos fosse prova de que não haveria corrupção. Esses fatos que acontecem na Petrobras e em inúmeros lugares pelo País inteiro sempre mostram que uma pequena parte vai para as campanhas, sim, uma pequena parte. Eu me arrisco a dizer que o resto, o vertedouro, 80% a 90%, vai para o bolso, na maioria das vezes, dos técnicos. Não quero demonizar os técnicos, mas é importante aproveitar o seu discurso para deixarmos as coisas bem claras. Não existe técnico honesto e político corrupto ou político honesto e técnico corrupto. Não. Existe o ser humano. E ninguém pode defender o ser humano dele mesmo quando quer fazer o errado. Na verdade, a senhora colocou muito bem: precisamos começar a pensar em um sistema que possamos evoluir, para que essas coisas não aconteçam. Era essa a ressalva que eu queria fazer, porque, às vezes, colocamos as coisas fora dos devidos lugares. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador, o aparte de V. Exª e também, com a sua permissão, incorporo-o ao meu pronunciamento.

O fato é esse. O que estamos vendo, pelo menos, agora, nessas revelações recentes sobre a corrupção na Petrobras, é que havia a parte política, mas havia a parte pessoal de quem lá trabalha, e que não era pequena. Mas a política também não é pequena.

Então, nós precisamos reformular o sistema, e é essa que tem que ser a nossa base de atuação, porque não basta... Eu repito: a história do Brasil está recheada de momentos e de luta contra a corrupção. Governos e mais governos caíram, muitas vezes, por conta de atos de corrupção.

Então, o que precisamos fazer, o que estamos chamados a fazer é blindar, é construir um novo sistema político, um sistema político mais rigoroso, um sistema político mais transparente, mais aberto à participação popular, e não fechado como é hoje.

Continuando o artigo de Samuel Pinheiro Guimarães, diz ele:

De onde vieram esses recursos? Certamente (ou muito raramente) não vieram da fortuna pessoal dos candidatos, mas sim de doações, principal ou quase exclusivamente, de grandes empresas privadas.

O custo das campanhas é em extremo elevado devido aos custos de produção e de veiculação de programas de televisão, das viagens que se fazem necessárias devido à extensão territorial do país, dos custos de material de propaganda e de sua distribuição.

O objetivo dos que defendem o financiamento privado das campanhas eleitorais está vinculado à principal característica da sociedade brasileira, que é a concentração de renda e de riqueza.

A concentração de renda é, em geral, estimada a partir dos rendimentos do trabalho conforme declarados à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE.

Os rendimentos do capital, isto é, os lucros, os juros, os aluguéis, são subdeclarados na PNAD e a Secretaria da Receita Federal não publica esses dados de acordo com a sua distribuição por faixa da população, ainda que sem quebra de privacidade dos declarantes do Imposto de Renda.

A estimativa é de que os rendimentos do trabalho correspondam cerca de 48% da renda nacional.

O salário mínimo é [hoje] de 788 reais, o salário médio do trabalhador brasileiro é inferior a 2.300 reais por mês e 90% dos brasileiros ganham até cinco salários mínimos por mês.

São 13,7 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Isto significa que cerca de 50 milhões de brasileiros têm rendimento mensal inferior a 77 reais. Por outro lado, há, no Brasil, cerca de 46 bilionários [repite, 46 bilionários] e 10.300 multimilionários [vou repetir: 10.300 multimilionários, em um País de quase 200 milhões de habitantes], estes com patrimônios pessoais superiores a 23 milhões de reais.

Muitos são os mecanismos de concentração de renda e de riqueza. Entre esses mecanismos, estão as taxas de juros, o sistema tributário, os créditos do Estado a empresas e o sistema de aluguéis.

Quanto mais elevadas as taxas de juros "autorizadas" ou permitidas pelas autoridades monetárias, maior a transferência de riqueza de devedores, que são a enorme maioria da população, para os credores privados, detentores do capital, e do Estado para os seus credores.

O sistema tributário pode ser regressivo ou progressivo. O sistema se diz regressivo quando a maior parte dos impostos arrecadados provém da maioria da população, sem distinção de seu nível de renda (imposto sobre o consumo, por exemplo) e se diz progressivo quando os indivíduos detentores de maior riqueza ou de mais alto nível de renda pagam mais impostos mesmo em proporção a sua riqueza ou renda. É fato que um sistema regressivo de tributação concentra renda e riqueza. As isenções de impostos, as restituições e as desonerações para empresas ou indivíduos acentuam a concentração de renda.

Os créditos fornecidos pelo Estado privilegiam, em geral, as maiores empresas e, portanto, seus proprietários, que são os indivíduos mais ricos da sociedade.

A leniência do Estado para com a evasão de tributos ou com seu não pagamento (por exemplo, pela não criminalização da evasão, pelo parcelamento e perdão das dívidas tributárias) também concentra renda e riqueza. São brasileiros os proprietários de 530 bilhões de dólares depositados em paraísos fiscais.

Agora mesmo, temos a notícia de que só o HSBC revela a existência de mais de oito mil contas de brasileiros que têm contas fora. É óbvio que não vamos criminalizar tudo, porque muitas não devem ter nada de errado, mas muitas, provavelmente, têm problemas – muitas têm problemas.

Então, com tudo isso, diz Samuel Pinheiro:

A concentração de renda e de riqueza em mãos de uma ínfima minoria da população brasileira tem importantes efeitos sobre o sistema democrático e sobre os episódios de corrupção.

Os indivíduos detentores de riqueza e renda têm interesse em preservar os mecanismos de concentração e interesse em que não surjam instrumentos legais (leis ou programas) que desconcentrem riqueza e renda.

(Soa a campanha.)

Ora, as normas (as leis) que definem a estrutura e o mecanismo de riqueza, propriedade e renda (legislação trabalhista, tributária, monetária, da propriedade rural e urbana, etc.) são elaboradas no Legislativo, eventualmente no Executivo e cada vez mais no Judiciário [também].

Em um país de grande concentração de riqueza e renda, de elevado grau de urbanização, de grande penetração dos meios de comunicação, de sistema democrático e eleitoral relativamente livre de fraudes, seria natural que a enorme maioria da população (que é pobre ou no máximo remediada) elege-se a maioria dos representantes no Congresso, que deveriam ser como ela pobres e remediados e, portanto, legisladores dispostos a redistribuir a riqueza e a renda ou pelo menos a minorar os mecanismos de concentração. Não é isso o que ocorre. [diz Samuel Pinheiro Guimarães].

A ínfima minoria milionária e bilionária tem, assim, de procurar instrumentos para influir no processo político para evitar esse tipo de legislação e de ação redistributiva no Executivo. Essas, quando ocorrem, são taxadas de comunistas, socialistas, nacionalistas, e hoje em dia de bolivarianas. [Vejam bem, V.Ex^{as}].

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) –

O primeiro e mais importante desses instrumentos é o financiamento privado (empresarial) das campanhas eleitorais.

O segundo instrumento é o controle dos partidos para que estes escolham como seus candidatos indivíduos que sejam favoráveis à sua visão (isto é, daquela minoria) da sociedade, ainda que não sejam eles mesmos, do ponto de vista pessoal, detentores de riqueza e renda elevadas.

O terceiro instrumento é o controle dos meios de comunicação para convencer a população das deficiências do Estado, do caráter corrupto dos candidatos dos partidos e das políticas populares (isto é, daqueles comprometidos com programas de reforma social que levam à desconcentração de riqueza e renda).

O quarto instrumento é a campanha permanente dos meios de comunicação de desmoralização da atividade política, do Estado e dos políticos para manter a maioria do povo afastada da política. Uma das formas de manter o povo afastado da política seria a aprovação [por exemplo] do voto facultativo como se este fosse apenas um direito e não um dever. [E eu já caminho para o encerramento, Sr. Presidente.]

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) –

A campanha pela reforma política deve se concentrar no tema central do financiamento empresarial das campanhas, que é a verdadeira fonte de corrupção e de controle oligárquico, não democrático, da sociedade por aqueles que concentram o poder econômico e controlam os meios de comunicação.

Aliás, Senador José Medeiros, como V. Ex^a concorda, a política e os financiamentos empresariais de campanha são a desculpa que muitos utilizam para meter a mão nos recursos públicos. Uma desculpa muito valorosa – e, aliás, nós temos o dever e somos chamados a romper com isso, a romper absolutamente com isso.

Voltando ao artigo de Samuel Pinheiro Guimarães:

Os representantes das forças conservadoras no Congresso Nacional já se empenham para votar o projeto que consagra o financiamento privado, isto é, empresarial, das campanhas eleitorais.

A consagração legal do financiamento privado consagrará o sistema fundamental de corrupção do processo político que tem como objetivo impedir a desconcentração de riqueza e renda que torna o Brasil um dos países mais injustos do mundo.

Portanto, se é para debatermos, vamos debater. Vamos debater a corrupção. Vamos nominar os culpados. Vamos lutar para que esses sejam punidos, Senador Paim. Mas vamos mudar o Estado brasileiro. Vamos promover uma reforma que afaste as empresas das campanhas eleitorais, porque empresa tem nome físico, mas não tem direito ao voto. Apenas aquele ou aquela que tenha direito ao voto é que deve ter condições de influir nesse processo tão nobre, não só da democracia brasileira, mas da democracia universal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Como orador inscrito, Senador Alvaro Dias; na sequência, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, primeiramente, obrigado pela permuta do horário.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, diz a lenda que o Brasil começa a trabalhar depois do Carnaval. Então, para valer mesmo, o Congresso deve iniciar o trabalho produtivo, esperamos, a partir da próxima semana.

Este é, Senador José Medeiros, sem dúvida, um momento de responsabilidade, de seriedade, porque, certamente, o País não aceitará o oportunismo eleitoreiro num momento de convulsão social.

É evidente que a expressão pode guardar certo exagero, mas, sem dúvida, há uma apreensão, uma angústia, a indignação crescente, o País extremamente preocupado com os acontecimentos da atualidade.

A soma de várias crises – crise política, crise ética, crise econômica – reflete-se no desalento que campeia pelo País. Basta analisar os números das pesquisas de opinião pública recentemente veiculados, inicialmente pelo Datafolha, e, depois, corroborando com ele, pelo instituto Paraná Pesquisas, do meu Estado, dirigido pelo Murilo Hidalgo, que pesquisou nacionalmente – um instituto local de grande respeitabilidade no Paraná e que agora ganha contornos nacionais, pesquisando a opinião pública em todo o País.

Segundo o Paraná Pesquisas, 21,7% dos brasileiros não repetiriam o voto na Presidente Dilma; 74,2% repetiriam; 41% aprovam o Governo; e 52,8% dos brasileiros desaprovam o Governo. Portanto, da campanha eleitoral até esta data, há um recuo em matéria de credibilidade. A impopularidade do Governo cresce e, por consequência, a da Presidente da República.

Se nós não temos o direito à irresponsabilidade, ao oportunismo político-partidário, temos, sim, o dever de, respeitosamente, focalizar as questões mais aflitivas para a sociedade brasileira. Nós não podemos, de forma alguma, deixar de enfatizar que esses grandes escândalos revelados agora, com muita competência, pela investigação judiciária foram denunciados anteriormente. Em relação à Petrobras, desde 2009, as denúncias explodiam, sobretudo em relação à Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Agora, o Congresso Nacional é convocado a investigar outras áreas da Administração Pública, como, por exemplo, o BNDES. Além do BNDES, os fundos de pensão. Certamente, seriam as duas CPIs mais importantes a serem instaladas no Congresso Nacional.

A Câmara dos Deputados optou pela CPI da Petrobras. Nós já tivemos quatro! E a investigação judiciária avançou extraordinariamente, dispensando, neste momento, a participação do Congresso Nacional nessa investigação, porque certamente estará apenas requeitando fatos já revelados pelo Ministério Público, Polícia Federal e Justiça Federal.

O que seria adequado neste momento seria a instalação da CPI BNDES e CPI dos Fundos de Pensão.

São focos de corrupção visíveis. O BNDES com recursos remetidos ao exterior, sobretudo em empréstimos inclusive secretos, obviamente com desvio de finalidade, movimentando bilhões de dinheiro público, já que, por meio de medidas provisórias, o Poder Executivo tem repassado ao BNDES recursos do Tesouro Nacional, exatamente para que esses empréstimos a grandes empreiteiras que trabalham no exterior possam ser concretizados.

Além da questão da investigação, da responsabilização civil e criminal dos envolvidos nos grandes escândalos, o Congresso Nacional defronta-se com a exigência de mudança que parte da sociedade. Não há como sair às ruas, não há como visitar nenhuma cidade sem se aperceber de um apelo candente por mudança, que, certamente, não pode ser ignorado por nenhum de nós nesta Casa.

Antes já se falava em mudança. A própria Presidente Dilma assenhoreou-se do discurso da mudança durante a campanha eleitoral, usou como mote o “Muda Mais”, por perceberem os idealizadores da sua campanha, os responsáveis pelo *marketing*, que havia um apelo por mudança no País. E a candidata Dilma acabou roubando o discurso da oposição, lançando o mote essencial do “Muda Mais”. De lá para cá, esse movimento cresceu, ganhou proporções inesperadas. Aonde se vai, ouve-se o apelo por mudança, e a palavra *impeachment* tem sido pronunciada, não com o desejo do golpe, mas certamente como expressão da vontade popular de mudança.

O que se deseja no País hoje é mudar. Não mudar apenas a Presidente: mudar esse modelo promíscuo, esse modelo do balcão de negócios que levou o País a uma crise econômica de profundidade ímpar. E agora, com os pacotes adotados aqui e acolá, pretende-se transferir à sociedade a crise que é filha da incompetência governamental. O Governo transfere a crise que é sua para a sociedade, que é vítima dela!

É o significado das ações de Governo neste início de 2015. E nós teremos que debater as medidas provisórias, que certamente chegarão ao Senado Federal no limite do seu prazo, prestes ao arquivamento ou à aprovação, como se faz aqui sempre, Senador Paulo Paim – às pressas, sem alterações.

Se nós formos verificar, em 2000, o brasileiro pagava R\$6 por dia de impostos; hoje, segundo o Instituto Assaf, o brasileiro paga R\$26 por dia de impostos. Em 2000, a carga tributária brasileira correspondia a 30,4% do Produto Interno Bruto; hoje, corresponde a 35,95% do PIB. Portanto, a carga tributária cresce e esmaga os setores produtivos impiedosamente, mas o Governo, diante da crise, estica o braço longo, com a mão grande, no bolso do contribuinte, para tapar os buracos da sua própria incompetência.

Vejam a diferença. Nos Estados Unidos, a carga tributária corresponde a 25,4% do PIB; no Chile, a 20,2% do PIB; e, no México, a 19,76% do PIB; e há uma grande diferença, uma notável diferença: os serviços públicos oferecidos estão muito acima, em matéria de qualidade, dos serviços públicos oferecidos no nosso País.

O grande problema do Brasil não é a receita – a receita cresce extraordinariamente –, o grande problema do Brasil é a despesa. O nosso Governo adota este modelo de aparelhamento do Estado, de loteamento dos cargos, com um balcão de negócios nessa relação de promiscuidade entre os poderes, e gasta exageradamente na manutenção de uma máquina pública inoperante, cansada e preguiçosa. Não importa a qualificação técnica. Os critérios fundamentais para a boa escolha são desprezados em nome do interesse político-partidário na distribuição dos cargos que exageradamente são criados para atender à demanda de uma Base Aliada que cresceu exorbitantemente nos últimos 12 anos, consagrando uma supremacia política que resiste ao tempo no Congresso Nacional.

Assim, as mudanças essenciais reclamadas pela população não ocorrem, não há uma reforma administrativa para reduzir o tamanho da máquina. E é até por essa razão que nós reapresentamos projetos para reduzir também o tamanho do Poder Legislativo no País. São projetos que venho apresentando e reapresentando desde 1999, reduzindo de três para dois Senadores por Estado, reduzindo em 21%, aproximadamente, os Deputados Federais e, na proporção, deputados estaduais e vereadores, para chegarmos a um Legislativo mais enxuto, mais econômico e mais qualificado, autorizando-nos a criticar os excessos cometidos pelo Poder Executivo. É fundamental, para se obter credibilidade ao propor, dar o exemplo antes. Nós não podemos ficar exigindo reformas na casa do vizinho sem reformar a nossa que também está em queda em termos de credibilidade no País.

Esse é um tema que nós prosseguiremos, Senador Paulo Paim.

Eu acho que o grande equívoco é não realizarmos as reformas. O País depende delas para retomar o seu crescimento. Tapando buracos abertos pela incompetência, com o sacrifício cada vez maior da população, não encontraremos a solução para o desenvolvimento real e sustentado do País. Continuaremos a desperdiçar oportunidades. Com este modelo, repito, o modelo da promiscuidade, do balcão de negócios, não alcançaremos os índices de crescimento econômico compatíveis com a grandeza do nosso povo e da nossa Nação.

Queremos, sim, que este Congresso assuma a responsabilidade das reformas. É óbvio que, neste presidencialismo, cabe à Presidência da República a liderança do processo, mas nós temos, na pior das hipóteses, a tarefa da cobrança permanente, sobretudo na oposição.

Queremos, Sr. Presidente, que o Brasil retome a velocidade do crescimento econômico com base em reformas que produzam modernidade e eficiência. Esse tema certamente será alvo de todas as preocupações no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias. Como havia informado que usaria em torno de dez minutos, foi o que fez.

Passamos para a Senadora Gleisi Hoffmann, que falará como Líder do Partido dos Trabalhadores.

Na sequência, este Senador e o Senador José Medeiros – aí nós dois nos entenderemos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim.

Ocupo esta tribuna agora, no horário de Liderança do meu Partido, o PT, para falar um pouco sobre os noticiários durante o período de Carnaval. Eu fiquei aqui em Brasília, tinha alguns trabalhos a fazer e me dediquei bastante à leitura dos jornais. Obviamente, além de cobrir o Carnaval brasileiro, a imprensa também tratou de temas políticos.

O tema que ficou em foco na imprensa, inclusive com grande alarde por parte da oposição, foi o nosso Ministro da Justiça, o Ministro José Eduardo Cardozo. Aliás, como se diz no jargão popular, tomaram-no para cristo, porque os jornais todos os dias falavam de audiência que ele teve com advogados de empresas que estão sendo investigadas na Operação Lava-Jato.

Acho que, para fazer qualquer juízo de valor, as pessoas precisam ser bem-informadas. E eu tenho o dever, até como uma pessoa que trabalhou no Governo – fui colega do Ministro José Eduardo Cardozo, conheço sua história, conheço sua seriedade –, de vir aqui para esclarecer os fatos.

Em primeiro lugar, é importante dizer que o Ministro em nenhum momento negou que tenha recebido advogado de empresa que está sendo investigada pela Operação Lava-Jato. Muito pelo contrário, ele disse que recebeu –hoje, inclusive, deu uma entrevista falando isso – e recebeu para tratar deste assunto, a Operação Lava-Jato, dois advogados da empresa Odebrecht, que solicitaram formalmente uma audiência com ele, para tratar sobre reclamação de irregularidades que esses advogados julgavam haver na operação.

Ele, como Ministro da Justiça, tem a obrigação, Sr. Presidente, de receber, sob pena de cometer o crime de prevaricação. Aliás, quando alguém, sendo advogado ou não, seja pessoa física ou jurídica, procura qualquer ministro para tratar dos seus direitos, principalmente em relação a órgãos que ele administra, ele é obrigado a receber. Então, se qualquer outro advogado o procurasse, ele teria que receber – por exemplo, advogados de donos de terras que estão sendo demarcadas pela Funai; advogados de empresas que estão fazendo junção no Cade. Se houvesse uma reclamação, ele teria que receber. É obrigatório isso, isso é da função dele. Portanto, não houve nenhum problema ele ter recebido os dois advogados da Odebrecht, empresa que está sendo investigada na Operação Lava-Jato, para tratar desse tema, porque esses advogados queriam fazer uma reclamação sobre o que achavam que eram irregularidades na operação. Aliás, sobre isso se manifesta hoje a Ordem dos Advogados do Brasil, dizendo que é plenamente regular e é obrigação do Ministro receber. É importante isso ficar claro.

E isso constou da agenda. E o Ministro, inclusive, pediu para que a empresa fizesse uma petição, que foi recebida na semana passada, sobre o que eles achavam que era irregularidade.

Bom, mas isso não pode ser público? Como todo processo que está envolvendo a Petrobras e a Lava-Jato, não é público. Ninguém teve acesso a esse processo. Sequer a CPI – as duas CPIs desta Casa, depois a CPMI – sobre o tema teve qualquer informação sobre essa operação. Obviamente, se o principal corre em segredo, qualquer situação sobre esse processo também não se pode fazer pública. Portanto, está correto também o Ministro.

Aliás, Sr. Presidente, só na ditadura, que não reconhecia o Estado de direito e o direito das pessoas de irem atrás de seus direitos, é que ministro não recebia advogado, é que ministro não recebia pessoas a fazerem reclamação.

O ex-Ministro Joaquim Barbosa tem todo o direito de falar o que ele quiser. Ele é um cidadão deste País, tem sua autoridade, foi Presidente do Supremo, tem a sua legitimidade para fazer o debate. Mas é no mínimo inusitado que, do meio da Sapucaí, pulando Carnaval, o Ministro Joaquim Barbosa – que nunca recebia advogados quando estava na Presidência do Supremo, portanto, com uma conduta absolutamente autoritária no que diz respeito à sua função – critique o Ministro da Justiça ou venha a pedir a sua demissão. Acho no mínimo inusitado um comportamento como esse.

A outra situação, Sr. Presidente, em relação a qual falam sobre o Ministro da Justiça, e aí também há que se fazer esclarecimentos, é uma matéria da revista *Veja*.

Aliás, me desculpem os senhores aqui, mas a revista *Veja* costuma fazer muitas fofocas e mentiras; fez muitas já, até porque ela tem lado na política e, como ela tem lado na política, ela defende esse lado e induz e fabrica matérias. Quem não se lembra da matéria publicada durante o processo eleitoral, já quase na data da eleição, sobre a Presidenta Dilma? Uma mentira! Não havia nada sobre a Presidenta Dilma envolvendo-a na Operação Lava-Jato, e a *Veja* publica uma capa dizendo que ela tinha sido citada por um dos delatores – absurda mentira que depois foi desmascarada.

A revista *Veja* exatamente traz uma matéria dizendo que o Ministro José Eduardo Cardozo se encontrou com o advogado Sérgio Renault. Sérgio Renault tem o seu escritório fazendo trabalhos também para uma empreiteira, que é a UTC. Todo mundo sabe disso. Primeiro, ele não se encontrou com Sérgio Renault. O Ministro José Eduardo Cardozo estava recebendo outro advogado, aliás, conhecido nosso, conhecido desta Casa, conhecido de V. Ex^a, Sr. Presidente, o Dr. Sigmaringa Seixas, que já foi Deputado Federal, conceituado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Foi Constituinte.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (PT - PR) – Deputado Constituinte, um grande advogado aqui de Brasília.

Ele estava recebendo o Dr. Sigmaringa Seixas, que havia combinado um almoço com o advogado Sérgio Renault. E o advogado Sérgio Renault passou no Ministério da Justiça para buscar o Dr. Sigmaringa. E a secretária avisou o Ministro de que ele estava na antessala. O que fez o Ministro José Eduardo Cardozo, que conhece o advogado Sérgio Renault há muitos anos? Aliás, no mundo jurídico, os advogados se conhecem. O que fez o Ministro José Eduardo? Ele saiu de sua sala para levar o Dr. Sigmaringa até a recepção e cumprimentou o Dr. Sérgio Renault. Isso virou uma reunião! Ou seja, ela não existiu. Então, as ilações, as versões são mais fortes que o fato.

A outra coisa que falam do Ministro é sobre sua agenda; falam que a sua agenda tinha espaços em branco e que, portanto, ele não tinha deixado públicas as audiências que tinha tido com esses advogados. É de se registrar aqui que houve períodos da agenda do Ministro em branco por falha no sistema, mas que não ficou em branco apenas a agenda que ele tinha com esses advogados. Toda a sua agenda estava com problemas e vai ser restituída.

Eu fui Ministra. Nós somos obrigados a registrar a agenda. Muitas vezes, a agenda não fica registrada no dia. Muda-se muito a agenda, principalmente, porque a Presidenta chama, há reuniões emergenciais, tem que se fazer mudança, o sistema cai, mas se é obrigado a arrumar, porque tanto a Comissão de Ética pede a sua agenda temporariamente, como qualquer outra autoridade vai requisitar. Então, todas as minhas agendas como Ministra-Chefe da Casa Civil estão registradas lá, assim como todas as agendas do Ministro José Eduardo Cardozo estão registradas. E tenho certeza de que jamais o Ministro usaria um subterfúgio deste, porque ele saberia que, mais cedo ou mais tarde, as suas agendas se tornariam públicas. Não tem por que fazer isso. Realmente, houve problema de sistema.

E aí se faz um questionamento de novo sobre a conduta e sobre a ética de um Ministro. Aliás, um homem de grande seriedade. Eu tive a oportunidade de conviver com ele, como Ministra-Chefe da Casa Civil, e de trabalhar com ele. Ele esteve diversas vezes aqui neste Congresso, para falar sobre assuntos importantes, como questão indígena e o Cade. E não tenho dúvidas: não precisa a oposição convocá-lo, o Ministro José Eduardo Cardozo é um democrata e virá, de sua livre e espontânea vontade, ao Congresso – já foi Deputado aqui – na hora que precisar, para prestar qualquer esclarecimento, porque não tem absolutamente nada a esconder.

Por isso, eu achei importante, Sr. Presidente, ocupar esta tribuna para fazer esse esclarecimento.

Agora, faço uma avaliação mais política. Digamos, Sr. Presidente, que a oposição – que está criticando tanto o Ministro – tenha um pouquinho de razão, um feixe de luz de razão, e que o Ministro poderia ser suscetível à pressão, suscetível a fazer algo pelo bem das empresas ou para melhorar a situação dos advogados e das empresas que estão sendo denunciadas na Lava-Jato. O que faria o Ministro? Ele tiraria do caso delegados da Polícia Federal? Ele chamaria policiais federais para amenizar a situação de uma outra empresa ou chamaria policiais federais para que parassem de investigar? O que faria o Ministro? Aliás, qualquer dessas atitudes que ele fizesse seria pública. Hoje nós estamos em uma democracia. Internet reproduz tudo. É óbvio que não. Eu fico aqui me perguntando qual é o juízo de valor que a oposição faz sobre a nossa Polícia Federal, aliás, uma das instituições que tem sido mais elogiada pela sua conduta independente, sua conduta austera, sua conduta de investigar todos, doa a quem doer. É isso que vemos. E a oposição está questionando isso?

Seria importante que a oposição, inclusive, pudesse apontar se há essas falhas dentro da Polícia Federal, quem é sugestionável lá dentro, quem é impressionável, quem poderia ser induzido a fazer algo para beneficiar esta ou aquela empresa, esse ou aquele réu. É muito ruim termos sobre uma instituição, que tem o reconhecimento suprapartidário, inclusive de muitos, dúvidas quanto à lisura na conduta, e vem aqui a oposição falar sobre isso. Até porque a oposição reconhece a autonomia do Ministério Público, faz elogios ao Ministério Público; reconhece a autonomia do Poder Judiciário, faz elogios ao Poder Judiciário.

Então, como poderia o Ministro José Eduardo Cardozo ser induzido a agir em favor dessa ou daquela empresa, desse ou daquele réu? Claro que não poderia! Mas ele tem obrigação, como Ministro de Estado, como coordenador de vários órgãos da administração, receber quem quer seja que queira levar-lhe uma moção, uma petição ou uma reclamação sobre o que considera erros ou absurdos. Ele tem obrigação de receber. A forma como vai encaminhar tem que ser a forma como manda a Constituição e como mandam as leis deste País.

Portanto, fico, aqui, muito impressionada pela forma como a oposição está desconfiando do trabalho da Polícia Federal. Aliás, talvez faça exatamente isso porque era à época em que a oposição governava, em que o PSDB era governo, neste País, que se nomeavam delegados da Polícia Federal que tinham preferências partidárias. Isso várias vezes foi noticiado e se tornou público. Era àquela época em que se interferia nos processos, que se engavetavam as denúncias, que se interferia no Ministério Público. Quantos processos foram encaminhados da forma como estão sendo encaminhados no governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma? Eu desafio a oposição vir aqui e dizer. E dizer que estão sendo encaminhados mais processos porque agora existem desvios e problemas? É uma grande mentira. Quantas denúncias foram feitas de procedimentos que foram engavetados, de CPIs que não deixaram acontecer nesta Casa? V. Ex^a foi Deputado Federal e conhece essa história, Presidente Paim. Quantas e quantas vezes a oposição, que à época era situação, não deixou as coisas acontecerem, seja para investigar como o Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu o seu segundo mandato, seja nas investigações da Pasta Rosa, seja nas questões atinentes à Petrobras? Aliás, um dos delatores, o Barusco, disse que, desde 1997, intermediava propina. Por que não foi feito nada antes? Por que não tiveram a coragem de abrir e de discutir? E por que agora pressionam para que não se discuta isso? Vamos

discutir tudo! Tem que ser investigado tudo. Eu sou a pessoa mais interessada nisso. Quero ter acesso ao que está lá sobre a Operação Lava-Jato.

E toda sociedade tem que ter. Quero saber tudo o que está lá: quais são as denúncias, quem está envolvido e por que estão sendo feitas? Isso é importante.

Este País está num momento em que nada se varre para debaixo do tapete. Portanto, a oposição não precisa vir aqui para querer justificar o seu discurso e o seu passado fazendo discurso fácil. Não precisa. Cumpra-se a lei e peça para que se investiguem inclusive os períodos anteriores ao Presidente Lula, ao governo Lula e Dilma.

Acho que é disto que precisamos: precisamos que as pessoas tenham posturas que realmente sejam coerentes. E está faltando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, coerência à oposição, que faz uma crítica e, na realidade, não admite que o seu passado, que a sua forma de atuar também sejam investigados. Tragam os seus governos estaduais. O que pesa sobre o Governo de Minas, governado pelo PSDB, ou mesmo sobre outros governos? O que pesa sobre o Governo de São Paulo, governado pelo PSDB e que tem denúncias sobre o metrô, sobre problemas em relação à Petrobras? Vamos fazer isso tudo da maneira como está sendo feito.

Agora, querer colocar a fumaça para tentar impedir que isso também seja investigado, acusando o Ministro da Justiça de fazer algo quando ele tinha obrigação de fazer, é, na realidade, muita leviandade.

Queria, Sr. Presidente, para terminar aqui, falar de um outro assunto que foi debatido hoje neste plenário – onde não pude estar presente porque estava fazendo um atendimento no meu gabinete, que já estava marcado há algum tempo –, que é sobre a questão tributária, sobre a correção na tabela do Imposto de Renda.

Sei o quanto V. Ex^a também trata desse assunto e o defende. Acho que a tabela está defasada e que teríamos condições de reajustá-la. Acho que é justo que a gente trate sobre essa correção em razão do INPC. Acho que tudo isso é justo! Mas o Imposto de Renda não é o imposto mais injusto deste País. Não é o imposto mais injusto, não é um imposto regressivo. Esta Casa tem que ter a coragem de discutir um dos maiores impostos que dá carga tributária neste País, que é o ICMS.

E, sobre a guarda de que os Estados têm autonomia para discutir e para decidir suas tarifas, chegamos ao absurdo de ter tarifas reais do Imposto de Circulação de Mercadorias de mais de 45%. Isso é um escândalo. E quem paga esse imposto é o pobre, porque o Imposto de Renda não incide sobre uma faixa da população. Imposto de Renda, portanto já diz que é sobre a renda. Temos que fazer alguns ajustes? Óbvio que temos, mas não há imposto mais regressivo, mais perverso, hoje, do que o ICMS. E os governadores estão aumentando esses impostos. No meu Estado, a alíquota era de 12% passou para 18%.

Em outros Estados, está passando para 25, logo, para 30, e vai passar cada vez mais. E todo mundo paga esse imposto igual; o rico e o pobre. E esta Casa, sob pena de dizer que os Estados têm autonomia, que o Confaz define, não tem a coragem de fazer esse debate. Esta Casa tinha que ter essa coragem, fazer esse debate. Se queremos fazer um debate sobre Pacto Federativo, redistribuição de receitas, tem que entrar nessa discussão o ICMS. Não é possível que os Estados tenham essa autonomia para fazer correção do ICMS e colocar à população uma alíquota tão cara.

E outra coisa que esta Casa tem que ter a coragem de fazer é a discussão sobre Imposto sobre Grandes Fortunas; é fazer a discussão sobre Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis*, ou sobre a herança. Não é possível que a gente não faça isso. Os Estados Unidos que são um país tão elogiável pelo seu sistema tributário tem no imposto sobre herança um dos seus principais tributos, e não fazemos. Por que não fazemos? Por que oneramos o ICMS? Acho que os governadores têm que vir aqui com os seus secretários de Fazenda e, ao invés de ficarem dizendo que há concentração de tributos, fazer essa discussão. Acho que temos de fazer a discussão da concentração de tributos, mas temos que fazer o debate sobre por que as alíquotas do ICMS são tão altas.

Portanto, concordo com V. Ex^{as} que precisamos discutir o ajuste na tabela do Imposto de Renda, mas mais urgente e mais importante, porque de maior justiça tributária, é discutir as alíquotas do ICMS que são, de forma tranquila, aumentadas pelos governadores e que oneram a parcela mais pobre da nossa população.

Agradeço, Sr. Presidente, agradeço a todos os ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado, também aos Senadores que aqui estão por esta oportunidade de hoje ter feito uso duas vezes da tribuna desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann, pelos esclarecimentos que dá à Casa.

Eu convidaria o Senador José Medeiros para assumir a Presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento, sem prejuízo de V. Ex^a, na sequência, ser chamado como Líder.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Medeiros, é uma alegria estarmos na tribuna sob a presidência de V. Ex^a.

Percebo que inúmeros Senadores têm apresentado projetos na Casa e estou aqui cumprimentando-os pela importância dos projetos, como, por exemplo, tributação de grandes fortunas. Já apresentei duas vezes e fui derrotado duas vezes. Candidatura avulsa. Já apresentei duas vezes, reapresentei, desde 2006, e até hoje não passou. É importante que eu perceba que os Senadores, inúmeros que estão chegando nesta legislatura, estão a apresentar projetos como esse que aqui vou mais uma vez defender.

Sr. Presidente, uso a tribuna do Senado para defender, mais uma vez, uma proposta que, no meu entendimento, só aperfeiçoa a democracia e a própria representação política dos brasileiros. A proposta é de passar a permitir legalmente a apresentação de candidaturas avulsas nas eleições no País.

Vejam bem, sou até parlamentarista, não vejo problema algum nisso. Tenho partido, fui eleito há quase 30 anos, sempre pelo mesmo partido, quatro vezes Deputado Federal e duas para o Senado, mas acho que é um direito legítimo. E vou provar aqui que aqueles que pensam diferentemente devem apresentar a sua candidatura. Em outras palavras, é permitir que se apresentem candidatos sem filiação partidária, candidatos que não pertencem a nenhum partido político.

Essa ideia – aqui começo a levantar os argumentos – não é nova. Já o Código Eleitoral de 1932 instituiu o voto feminino, o voto secreto para o eleitor – que temos até hoje – e as candidaturas avulsas.

Em 1935, a Lei nº 48 reformou o Código Eleitoral prevendo que a candidatura avulsa só poderia ser registrada com apresentação de um número mínimo de assinaturas de apoio, o que pode ser adaptado para os dias de hoje. Anos mais tarde, em 1945, as candidaturas tornaram-se exclusividade dos partidos políticos, ficando assim proibidas as candidaturas avulsas no Brasil.

Enfim, qual objetivo da proposta, que muitos acham que é um tabu, que é algo absurdo e que enfraquece os partidos?

Se assim fosse, enfraqueceria nos Estados Unidos, na Itália, na França e em tantos outros países. A maioria dos países do mundo permite a candidatura avulsa. É uma opção de cada um. Claro que ele vai ter muito mais dificuldade, porque não vai ter estrutura partidária, mas isso não quer dizer que ele não possa se eleger.

Enfim, qual é o objetivo da proposta? É que o candidato a cargo eletivo possa atuar, se assim entender, desvinculado da estrutura partidária. No caso de esse candidato entender, seria importante para ele, ou para os seus eleitores, não estar vinculado a um partido, e também para que o eleitor possa ter outras alternativas de propostas de candidatos não vinculados.

Não é necessário estar numa atividade política, como eu estou, por exemplo, e só tive um único partido, para saber que existem boas pessoas, excelentes quadros, em nossa sociedade, que poderiam, naturalmente, ser candidatos a vereadores, a Deputados, a Senadores, até quem sabe a Governadores de Estado e, por que não, como existe em inúmeros países, até a Presidente da República.

Por isso, é preciso ampliar o debate, alargar os espaços políticos, sempre fortalecendo a democracia. Não é necessário integrar o mundo da política partidária para saber disso. Saber disso todo brasileiro atento às coisas do nosso dia a dia sabe.

Por isso, considero importante que a Constituição da República passe a permitir a apresentação de candidaturas avulsas a cargos eletivos. Sendo proibidas as candidaturas avulsas, como ocorre hoje, o Brasil deixa de potencialmente contar com vários homens e mulheres, capazes e de autoespírito público, que são afastados do mundo da política.

A possibilidade das candidaturas avulsas seria uma fonte de vitalidade, de renovação para a política brasileira, renovação tão necessária, mas que fica perdida para nós.

Ao demonstrar essa minha preocupação, eu falo que isso não é de hoje, lá na Constituinte eu já a defendia. Defendi e perdi, e me submeto democraticamente ao resultado; ela é muito antiga. Mas quero dizer que apresentei na Câmara, mas, como Senador, emenda constitucional de minha autoria, em 2006, que aqui ficou enrolando para cá, enrolando para lá, e acabou sendo arquivada.

O importante é que todos nós Parlamentares possamos refletir sobre potencial da renovação política dessa proposta. É possível que nem todos gostem, e isso é normal. Por isso, nós estamos numa democracia. E, talvez, até alguns não gostem da tal renovação. Mas acredito que precisamos, sim, renovar a política e os costumes políticos brasileiros. E todo instrumento legislativo e social que nos ajude a promover essa renovação positiva deve ser olhado com carinho e com respeito. Até discordar pode, mas vamos olhá-lo com carinho e com respeito.

É ao encontro disso que vem a proposta que apresentei diversas vezes, a última em 2006. Entende-se hoje em dia que a apresentação de candidatura somente se dará por meio do partido político. É isso que a emenda quer modificar. Para tanto, proponho na PEC que reapresentei agora – eu já a havia desarmado, e, depois de

duas Legislaturas, ela cai; agora eu a reapresentei – uma alternativa: ou o candidato a cargo eletivo seria filiado a partido político, ou, se assim ele quisesse, ele teria de contar com o apoio de um número mínimo de eleitores para apresentar sua candidatura avulsa, ou seja, sem a vinculação. Esse número mínimo de eleitores que apoiem essa candidatura seria definido em lei infraconstitucional. Dessa forma, essa seria a restrição que propomos para candidatura avulsa. Deve haver um número x de apoiadores, um mínimo de apoiadores. Isso me parece razoável, pois confere legitimidade à candidatura avulsa. São esses cidadãos que apoiam o candidato que dirão: nós queremos que o nosso candidato se apresente aos eleitores sem que esteja obrigatoriamente vinculado a esse ou àquele partido.

Deixo claro que esse sistema tem a finalidade de defender o princípio da democracia plena e o alargamento da expressão das lideranças populares. É óbvio que as candidaturas avulsas – nem precisava eu falar isso, mas vou dizer – terão de se sujeitar a regras específicas. Por exemplo, deverão também ser observados critérios como o da ficha limpa. Só poderá concorrer quem, comprovadamente, tiver ficha limpa.

Essa realidade já existe em diversas outras democracias. E isso está colocado na justificativa da minha proposta. Deixem-me dar alguns exemplos. A Itália, como é sabido, admite a candidatura avulsa mediante a chamada Lista Cívica, em que o cidadão ou cidadã sem filiação partidária pode lançar-se candidato às eleições. Nos Estados Unidos, casos há em que candidatos chamados avulsos ou independentes chegam a pleitear a Presidência da República, além de se candidatarem às vagas nos Parlamentos estaduais e federal.

Essa flexibilidade ajuda a que os sistemas políticos contemplem uma maior abertura à participação da sociedade e à participação popular. Eu poderia dizer mais: contribui para que a sociedade política e a sociedade civil possam aproximar-se ou para que diminua a distância que as separa e que traz complicações à própria legitimidade das instituições.

Vou dar um exemplo. A continuar como está hoje, eu não tenho dúvida de que, se não passarmos para o financiamento público de campanha – num aparte, foi o que, inclusive, disse a Senadora Vanessa Grazziotin – e se deixarmos que o grande capital dite as regras do jogo... O que eu disse ali eu repito. Tenho dados: uma candidatura a Deputado custa R\$20 milhões, uma candidatura a Senador custa R\$30 milhões. Se for nessa linha, quero saber como é que uma candidatura popular, uma candidatura sindical, uma candidatura que vem de baixo para cima vai ter oportunidade de chegar ao Parlamento. Só vão chegar ao Parlamento os filhos da alta burocracia brasileira, da alta elite brasileira, devido à disputa desproporcional das eleições.

Eu dizia antes e repito agora: é só lembrar a última eleição. A chamada bancada popular, sindical, a bancada do povo mesmo diminuiu pela metade, enquanto a bancada chamada do grande capital dobrou, por uma disputa totalmente desproporcional no aspecto financeiro.

No Brasil – dou isto como exemplo –, se o movimento feminista quiser lançar um candidato, deixe-o lançar! Qual é o problema? Por que ter medo? Se os trabalhadores sem-terra querem lançar um candidato, qual é o problema? Eu não vejo problema nenhum.

Enfim, outros dados que constam de um levantamento realizado pela Rede de Informações Eleitorais, integrada por Estados Unidos, Canadá e México, e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelam que o Brasil se alinha, ao lado da África do Sul, da Argentina e da Suécia, entre outros, no grupo – vejam bem o dado! – de 9,68% dos países do mundo que não adotam nenhum tipo de candidatura avulsa em seus pleitos. E achamos que estamos corretos sempre, como um soldadinho do passo certo. Não se admite que há uma mudança.

Ora somente 10% dos países do mundo estão nessa linha. E o Brasil se encontra aqui, como a África do Sul, a Suécia e a Argentina, por exemplo, que não aceitam candidatura avulsa de jeito nenhum. Podíamos lembrar aqui outros países que a adotam, só como lembrança: Alemanha, Japão, Itália, Reino Unido, Estados Unidos.

Há outro dado interessante: em 37,79% dos países, as candidaturas avulsas valem até mesmo para Presidente da República, ou seja, em torno de 40%. O candidato avulso tem direito a se lançar, inclusive, para Presidente da República. Se se eleger, não sei, mas é democrático que ele possa lançar sua candidatura. Como exemplo, cito os Estados Unidos, a França, o Chile, o próprio Irã e a superpopulosa democracia da Índia. Ali pode haver candidatura avulsa.

Digamos do movimento de junho aqui. Todo mundo estava no movimento de junho. Eu apoiei o movimento de junho, com aquela moçada na rua pleiteando, protestando e não aceitando bandeira partidária. Bom, se assim eles entendessem e se quisessem lançar um candidato, qual seria o problema? Eu faria o bom debate. Tenho a minha opção partidária. Mas eles poderiam ter esse direito.

Enfim, acredito que a questão da legalidade das candidaturas avulsas seria um dos itens dos mais modestos, mas não dos menos importantes, da tão cantada em verso e prosa reforma política, que nunca sai.

Acredito que a reforma política seja capaz de produzir um importantíssimo efeito: o de iniciar uma nova cultura, que pode, ao longo do tempo, modificar a estrutura da política brasileira.

Leio, seguidas vezes, que a reforma política seria a primeira, seria a mãe de todas as reformas. Só que eu estou aqui há 30 anos, mas...

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) –...a reforma política e eleitoral, de fato, não sai.

Vou lhe passar a palavra em seguida. Só vou concluir o meu pensamento, na linha em que estou aqui.

Mas isso não pode se tornar agora a salvação da Pátria diante de eventuais insatisfações populares. O resultado disso, a meu ver, pode ser frustração quando não se chega ao objetivo. Algumas escolhas haverá, certamente, de produzir efeitos políticos importantes, alguns desejáveis e outros não.

Essa é uma questão muito mais complexa e difícil de modificar. É questão que tem profundas raízes históricas. Ela vem de certa visão que temos de Estado e daquilo que é público. Para modificar isso, não existe outro caminho senão o da escola, promovendo outra mentalidade, forjando um sentido mais elevado de espírito público e transmitindo valores cívicos às nossas crianças, tarefa, é claro, para gerações. As regras de votação e de organização partidária podem ajudar na construção da democracia e na forma de agir dos representantes e representados, mas não são as únicas soluções.

Seja como for, com todas as dúvidas que tenho sobre a eficácia de uma reforma política, devo dizer que a minha proposta a favor de candidaturas avulsas é daquelas medidas simples e fáceis de tomar, que podem resultar em algum avanço na qualidade da representação e constituir-se, talvez mais do que outras propostas grandiosas e barulhentas que não vão levar a nada.

É um voto de confiança do Parlamento no povo. É um voto a favor da autonomia de cada um, que pode contribuir para o bem comum sem a necessidade de vincular-se, se assim ele entender, à estrutura desse ou daquele partido.

Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado, e creio que, em nome da democracia, eles podem se abrir para novas perspectivas.

Para permitir um aparte a V. Ex^a, uso um último espaço.

Registro aqui, como dizia no início, que existem outras propostas que caminham nesse sentido, as quais vejo com muito bons olhos. Considero essa questão importante. Inclusive, assinei a proposta do Senador Reguffe que trata da candidatura avulsa também. Recentemente, recolheu as assinaturas, e eu assinei também. Todas essas propostas poderão, sim, ser fundidas, analisadas e discutidas, para chegarmos a um entendimento.

Senador Capiberibe, com alegria, concedo um aparte a V. Ex^a. Eu quis só distribuir o raciocínio dos argumentos sobre um tema que venho tratando há muitos anos, como foi o voto secreto. Olha, eu briguei pelo voto secreto desde a Constituinte. Um dia, eu o aprovei. E tenho a esperança de aprovar isso um dia aqui também. Acho que vamos ter um teste muito importante na terça-feira, quando vamos votar a tabela do Imposto de Renda. Nesse caso, o voto não será secreto. Quero ver como vai votar agora o camarada que votou e aprovou a tabela. Mas esse é outro debate.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Senador Paim, a política é uma atividade essencial, fundamental para uma sociedade, e uma sociedade não resiste sem o mínimo de coesão política. Nós, que exercemos essa atividade política importante, também sentimos que é uma atividade extremamente desqualificada. Se ela é essencial, se ela é importante, por que a desqualificação? Isso dá a ela certo distanciamento. O poder político, no processo democrático, foi se afastando das aspirações populares. Essa é a minha visão. E, agora, nós precisamos dar respostas.

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – V. Ex^a pode dar uma enorme contribuição, porque V. Ex^a está nesta Casa trazido pelo voto popular, o famoso voto de graça, em que o eleitor chega para o candidato e diz: “Em você eu voto de graça.” Ou seja, ele não barganha o voto, ele não cobra.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu diria, pegando um gancho positivo, que veio até uma graça lá de cima, porque senão eu não tinha como ser eleito.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Então, V. Ex^a tem essa possibilidade, bem como agora a tem esta Casa, o Plenário, a Câmara. Eu vi o artigo escrito pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em que disse que vai avançar a reforma política. Vai avançar! E não pode mais haver dúvida sobre essa necessidade. A necessidade é gritante! A democracia bateu no teto, e daí, para avançar, é preciso mudanças profundas no processo eleitoral. Nós vamos cobrar do Presidente da Câmara que ele acelere por lá, porque nós vamos ter de acelerar por cá. Agora, quanto à reforma política, considero que é importante a proposta. Acho que já deveria ter sido aprovado o candidato avulso. É que há aí certa proteção de uma reserva de mercado dos partidos políticos, que não aceitam essa possibilidade de alguém passar na frente, e é possível que isso

aconteça. É meio raro, mesmo nas democracias mais consolidadas. Na França, por exemplo, não é frequente um candidato avulso se eleger, mas essa é uma prática.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu concordo com V. Ex^a. A Itália tem um Senador só como candidato avulso eleito.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Mas é importante que haja essa possibilidade. Agora, qual é o tipo de reforma política?

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Olha, eu já não estou... Isso pode servir para se avançar, mas também pode haver retrocesso.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – É claro!

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Se houver retrocesso, o povo vai para a rua, definitivamente. Mas, se houver avanço, com certeza vamos melhorar a nossa sociedade. A reforma política precisa reduzir os custos da campanha eleitoral. Não tem mais sentido essa gastança desenfreada.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Muito bem, muito bem!

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Se daqui a quatro anos nós não fizermos uma reforma política que nos permita um contato com a sociedade, Sr. Presidente, um contato em que se possa falar com a sociedade sem precisar dessa parafernália de *marketing* e de propaganda eleitoral, vai ser muito difícil eleger representantes populares para o Senado e para a Câmara. Vai ser impossível.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Com certeza absoluta. Concordo plenamente com V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Eu estou falando isso porque, mesmo numa Quarta-Feira de Cinzas, tem gente assistindo à TV Senado, a Rádio Senado, e nós estamos aqui. É preciso uma reforma política que reduza os custos. Isso pelo menos controla, digamos, essas negociações em torno de caixa de campanha e também reduz bastante a corrupção. Se nós quisermos acenar para a sociedade com uma proposição clara de combate à corrupção, temos que trazer uma reforma política de baixíssimo custo. Hoje, nós já temos o financiamento da atividade política através do imposto do cidadão. O fundo partidário, no ano passado, consumiu R\$308 milhões. Foram R\$308 milhões. Isso é recurso público.

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – O horário eleitoral, aquele horário da propaganda dos partidos, também é pago com recursos públicos. O Estado assume aqueles custos, mas nós não podemos criar novos gastos. Nós temos que reduzir esses gastos, permitir que as pessoas físicas contribuam e participem. Isso associado ao fim da obrigatoriedade do voto. Você acaba, Presidente, com a obrigatoriedade do voto e permite a doação de pessoa física.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Concordo plenamente com V. Ex^a.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Só. E de ninguém mais. Com o teto de doação, quem quiser se eleger vai ter que bater perna, vai ter que correr atrás. Tem que acabar comício, acabar com pintura, acabar com cartaz. Se não se fizer isso, a gente não controla este País, infelizmente. Vale a pena ficar ouvindo o seu discurso e, na medida do possível, contribuir, porque é uma contribuição para o País. É uma contribuição para melhorar a sociedade brasileira, e nós precisamos melhorar esta sociedade, com certeza. O povo espera isso da gente. Estaremos aqui, vigilantes, atentos, para poder construir o melhor. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Senador Capiberibe, permita-me dizer isto, porque V. Ex^a sabe o respeito que tenho pela sua história, pela sua vida de homem público: eu diria que me deixa muito orgulhoso ter um aparte seu no meu pronunciamento, que eu naturalmente peço que conste na íntegra, porque depois ele é transformado em uma separata sobre o tema, e sua opinião é muito clara, muito transparente. Inclusive, rapidamente, V. Ex^a acrescentou três questões em relação às quais quero também assinar embaixo: voto não obrigatório, financiamento público de campanha, que a iniciativa privada não possa participar, e concordou, é claro, com a candidatura avulsa, que nós aqui defendemos no dia de hoje.

Concordo com V. Ex^a. Se nada for feito, não tenho nenhuma dúvida – infelizmente, não tenho dúvida – de que, daqui a mais quatro anos, aqueles candidatos que têm apelo popular não voltarão, porque a disputa é muito desproporcional. Eu diria que chega a ser imoral, ilegal alguém chegar lá com 200 mil, 300 mil, com uma candidatura ao Senado, o que seria um gasto até razoável, e outro cidadão com 30 milhões. As chances

são praticamente zero. É lamentável que o poder econômico é que defina quem deverá estar no Senado, na Câmara, enfim, na vida pública brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – Só vou complementar: às vezes isso obriga algumas lideranças populares a colocar um suplente para financiar. Em vez de você escolher o suplente político, você termina escolhendo um suplente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Que é tão grave quanto, porque o suplente financia. Depois pede para você sair, porque você ficou devendo a alma ao diabo, como a gente fala.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP) – É claro! Mas é esse o grande problema do financiamento. Quem financia não financia a troco de nada.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Como diz o outro, nem louco rasga dinheiro. Quem financia quer depois o retorno.

Muito obrigado pelo aparte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Democracia Participativa/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Capiberibe.

Passo a Presidência ao Senador Paim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, na Quarta-Feira de Cinzas, findamos mais um Carnaval. Quero declarar que gosto de Carnaval. Sempre gostei, a vida toda, mas, neste ano, confesso que não me animei – e eu sou de desfilar em escola de samba. Este ano a crise me deixou fora do Carnaval. Eu não diria totalmente fora porque eu estive em Campinas. Na segunda-feira, eu estava em Barão Geraldo. Fui ver o Bloco do Cupinzeiro. Foi a única coisa que fiz de Carnaval.

Eu estava em Campinas e tive a oportunidade de conversar com alguns professores da Unicamp. Senti uma preocupação muito grande desses professores com o que virá pela frente, com o processo, com a crise, com as nuvens carregadas que nós vamos ter que enfrentar nos próximos dias, nos próximos meses. Eles estão preocupados com uma questão que se colocou na hora: o Estado de direito e as nossas instituições democráticas resistirão a essa crise que vem pela frente? Eu diria que sim. Eu diria que não há nenhuma dúvida de que não haverá mais retrocesso neste País. O povo experimentou a democracia e gostou. E só na democracia é possível construir uma sociedade melhor. Isso está provado porque nós estamos vivendo o mais longo período democrático da vida brasileira. E a democracia nos permite inclusive testemunhar o que nós estamos vivendo hoje.

A democracia criou a possibilidade de o Judiciário obter independência, de o Ministério Público ser independente, de os juízes serem independentes com os seus membros irremovíveis. No entanto, há uma relação pouco menos independente nos tribunais superiores, é verdade – temos que reconhecer –, nos tribunais estaduais e também nos tribunais nacionais. No entanto, os juízes, sim, são absolutamente independentes.

E o que nós estamos vendo – por isso é necessário esclarecer a sociedade – é que, pela primeira vez na história do nosso País, empresários, grandes empresários estão presos, permanecem presos. E essa condução das investigações do escândalo da Petrobras nos parece absolutamente segura. O caminho que está aí é o caminho que nos deixa com esperança. A Justiça está fazendo o seu papel. Está investigando. Os homens mais ricos do País estão presos. Continuam lá. Daqui a pouco, o Procurador-Geral vai pedir investigação ou, talvez, até denunciar – é o que diz a imprensa – alguns agentes políticos.

Nós temos que apoiar com decisão a ação do Judiciário. Nós temos que apoiar para que nada interfira, porque a gente sabe que vai haver reação. A gente sabe que vão existir tentativas de intimidar a ação do Judiciário, e nós não podemos permitir – nós, a opinião pública e a imprensa. A imprensa tem o papel fundamental de divulgar todos os envolvidos, com os seus nomes, do mesmo jeito que o juiz que conduz essa operação está liberando, nem mais, nem menos, os fatos. E isto é importante: que a sociedade acompanhe a ação do Judiciário. A gente precisa – inclusive nós, do Parlamento – se manifestar, apoiando com decisão para que se avance para os Estados, até porque estou convencido de que isso é uma rede que atinge todos os Estados brasileiros, e a corrupção está instalada em todas as instâncias do Poder Público do Brasil.

Seria a hora de o CNJ entrar com uma ação firme, decidida, exigindo que os Tribunais de Justiça dos Estados priorizem os processos em andamento envolvendo corrupção de gestores públicos.

É o momento de uma ação conjunta da sociedade brasileira. Nós, políticos, aqueles que eventualmente possam se manifestar com independência, com absoluta clareza, devemos apoiar, e o CNJ entrar, para que os Estados também, o Judiciário, os Ministérios Públicos... Eu falo isso porque, no meu Estado, há várias ações propostas pelo Ministério Público Estadual que demoram de uma forma exagerada para ser julgadas. Isso não

pode continuar acontecendo. O julgamento dos casos envolvendo corrupção, envolvendo agentes públicos tem que ser rápido, acelerado. Não pode demorar dez, quinze anos.

A democracia está mostrando o caminho, e é este o caminho que temos que trilhar no Parlamento, na sociedade, porque a sociedade virá para a porta do Parlamento.

Na terça-feira, começaremos o debate sobre reforma política. Teremos que vir aqui, com clareza, explicar o que é reforma política e como ela vai repercutir na vida do cidadão, porque é isso o que interessa. O que interessa para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro é saber o seguinte: qual o impacto na vida de quem mora nos lugares mais distantes, nos lugares mais isolados, nos grandes centros?

Enfim, a preocupação dos professores da Unicamp é legítima, verdadeira. Muita gente neste País está preocupada em saber para onde nós vamos. Uma coisa é certa: nós precisamos dar respostas. E dar respostas no caso específico do escândalo da Petrobras e de todos os outros escândalos que até hoje não foram resolvidos. Nós temos o caso de São Paulo e outros em todo o País. Nós precisamos acelerar, e o CNJ pode ajudar, definindo uma meta ousada para julgar esses processos todos, que estão se arrastando numa lentidão que desespera a sociedade.

Eu vejo as manifestações, as agressões em relação aos políticos cada vez mais violentas. Às vezes, com razão, porque há cobrança e não há resposta. Agora nós precisamos dar a resposta.

Mas, enfim, era essa a minha manifestação depois do Carnaval.

O que eu achei mais interessante foi Barão Geraldo, o território da Unicamp, o bairro onde está situada a Unicamp. Eu achava que eu não iria encontrar Carnaval, mas há lá um Carnaval animadíssimo, com milhares e milhares de pessoas na rua dançando, mas também preocupadas com o futuro do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradecemos as palavras do nosso Senador Capiberibe ao tempo em que nós passamos, pela Liderança do PPS, ao nosso Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, imprensa, todos os que nos assistem pela TV Senado, que nos acompanham pelas redes sociais, que nos ouvem pela Rádio Senado, parece até ser de forma insistente que, nos últimos dias, eu tenho me debruçado sobre um tema do meu Estado de Mato Grosso, que são as rodovias.

Mato Grosso, Sr. Presidente, é um Estado de formas continentais, porém com poucas rodovias. Nós temos poucos corredores que servem para o escoamento e para o tráfego das pessoas. E é um Estado que, como eu já disse aqui, vive da produção, vive do que produz, vive da exportação disso, da venda desses produtos. Obviamente, como no País nosso sistema de transporte é eminentemente rodoviário – optamos pelo transporte sobre rodas –, nosso Estado fica dependendo das rodovias, que são poucas, como eu já disse. Nós temos a BR-364 e a BR-163, que são os dois principais corredores, e esses corredores em determinado ponto se sobrepõem. Temos mais algumas rodovias, como a BR-070 e também a BR-040, e algumas rodovias estaduais.

Constantemente, Sr. Presidente, até por serem poucos os corredores de tráfego, as diversas manifestações, os diversos problemas que surgem no seio da sociedade acabam indo desaguar nas rodovias, causando transtornos de toda ordem.

V. Ex^a não imagina o que é famílias passarem 30, 40 horas dentro de um ônibus parado numa fila, já falando alimentos. E isso é meio que comum no Estado de Mato Grosso.

Recentemente falei aqui na tribuna, e pedi providências do Governo Federal, sobre a invasão que tínhamos entre Santa Helena e Sinop de tribos indígenas que faziam reivindicações. Por um problema pequeno, em função de um desentendimento entre a Funasa e os índios – pediam a demissão de uma funcionária –, foram-se quase três dias de invasão na rodovia, a rodovia totalmente parada.

E agora, recentemente – começou logo após o término do Carnaval –, nós observamos mais uma invasão de rodovias. Desta vez é um movimento de transportadores e caminhoneiros, que também têm demandas justas, tal qual a dos índios – não estou entrando no mérito das demandas, se é justo ou não o pleito, e até acho que são. Mas não posso compactuar, Sr. Presidente, com essa situação. Peço providências ao Governo para que possa se antecipar a isso e buscar o entendimento com esses movimentos. É que não podemos esquecer que um dos mais importantes princípios constitucionais no Brasil é o sagrado direito de ir e vir.

Eu nunca compactuei e não vou compactuar com esse tipo de coisa. Creio que nós não podemos aceitar, nem Governo, nem Legislativo, os Poderes instituídos, que as pessoas fiquem sem esse direito de ir e vir. Não importa quais sejam as razões, se são movimentos dos professores ou quaisquer outros movimentos, nós temos que encontrar uma saída para que não seja preciso que corredores importantes do País fiquem interditados.

Os movimentos sociais, os protestos, eles são bem-vindos, as pessoas têm todo o direito de se manifestar, mas nós precisamos, como País, nos antecipar a isso. E nesse sentido fica aqui um pedido ao Governo. O Governo tem como se antecipar, Sr. Presidente, porque tem organismos de inteligência para tudo. E não estamos falando aqui de o Governo começar a monitorar ou fazer qualquer tipo de arapongagem com os movimentos sociais. O que nós estamos colocando aqui é que o Governo possa se antecipar aos fatos.

Há essa questão que está acontecendo agora em Mato Grosso. Só para que o País possa ter uma dimensão do que está ocorrendo: nós já temos interdições em Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, próximo a Sinop, e agora já se fala em se alastrar para Rondonópolis, Primavera. Nesse passo, Mato Grosso vai ficar totalmente fechado. É um movimento que está começando no Mato Grosso e tende a se alastrar para o País inteiro. Eles alegam que o frete está muito baixo e que não tem como trabalharem dessa forma, dentre outras pautas. E esse é um problema que, pelo que vemos, não é um problema só do Estado de Mato Grosso, é um problema do Brasil inteiro.

Então, fica aqui o apelo para que o Governo possa agir com mais velocidade nesse assunto. O País não pode ficar parado. Mato Grosso parando, com certeza, boa parte do País para, porque ali é um corredor que liga o sul do País ao norte do País. Entre a BR-364 e a BR-163, Sr. Presidente, está uma cintura. Para se ver como o Brasil precisa avançar, como precisamos avançar em termos de transportes: fechando-se aquele corredor, fecha-se a cintura do País, e fica o norte desligado do sul.

Então, essa é uma reivindicação não só do Estado, é uma coisa que o Governo precisa fazer, precisa se antecipar para evitar prejuízos para o País. Pela experiência que tenho – eu trabalho, já disse aqui, na Polícia Rodoviária Federal há 20 anos e nesse assunto tenho experiência –, em média, o Governo demora quatro, cinco dias, para começar a se mexer, para começar a ouvir e para começar a tentar resolver o problema. É muito, nós não podemos nos dar esse luxo.

E Mato Grosso, neste momento, está parado, as filas já são grandes. Estão derramando as cargas em cima da rodovia – há pouco conversei pelo telefone com o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal –, e tenta-se negociar ali a liberação da pista, mas notamos que é uma questão de governo. O Governo Federal precisa colocar negociadores para ver o que essas instituições precisam para poder fazer essa liberação.

De forma que era só essa nota, Sr. Presidente, porque isso pode ser até estudo de caso para que o Governo possa, nos próximos movimentos, antecipar-se e evitar que o País fique com a agenda parada devido a essas questões, sejam indígenas, sejam de produtores, sejam de caminhoneiros. Nós precisamos ser mais rápidos.

Aliás, por falar em questão indígena, Sr. Presidente, esse é um tema sobre o qual nós precisamos nos debruçar. É tema para outro pronunciamento, mas nós estamos hoje em um cenário em que a questão indígena fica com muita ideologia e pouca resolução, e sobram conflitos para todos os lados.

Mato Grosso sofre muito com essa questão; o vizinho Estado de Mato Grosso do Sul também. E os índios sofrem também de outra parte, porque se fala muito em demarcação de terras, mais terras e mais terras, mas, na verdade, as condições de vida dos índios são muito precárias.

No vizinho Estado de Mato Grosso do Sul constantemente há conflitos – várias vezes esta Casa já se debruçou sobre a questão dos inúmeros suicídios de indígenas. É um problema sobre o qual o País precisa se debruçar, e esta Casa com certeza terá papel importante.

Isso era o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Fica o apelo para que o Governo Federal aja. A Senadora Gleisi Hoffmann esteve aqui há pouco e colocou aqui – ela fala muito bem, queria abrir parênteses, se expressa muito bem, de forma muito competente – quase como se todas as mazelas deste País, inclusive a corrupção e tudo o que está aí, fossem culpa da oposição.

Eu entendo de forma diferente. Eu acho que a oposição tem um papel importantíssimo: ela serve de contrapeso, ela serve de freio. Até por isso o pensador muito bem se referiu aos “freios e contrapesos da República”, não é verdade? E ela colocou aqui como se nós estivéssemos demonizando o Governo ou colocando dois pesos e duas medidas. Não, não é verdade.

Na verdade, eu creio que o País precisa de um governo competente, que possa agir com velocidade, tanto nesses quesitos que eu coloquei agora, que dependem de melhorar as condições para o setor produtivo, para o setor rodoviário, como também nos casos de corrupção. O Governo tem uma chance imensa, uma oportunidade imensa de passar tudo a limpo.

Como eu disse há poucos dias, eu não vi as digitais da Presidente Dilma nisso aí, mas é imprescindível que o Governo possa agir com firmeza nesses casos, sem querer esconder nada, deixando tudo muito claro. O

Presidente Lula, em determinado momento, veio à TV e disse: “Eu não sabia de nada”. Ele tinha a solidariedade da população e tinha a solidariedade desta Casa – quando eu digo desta Casa, eu digo das duas Casas.

É diferente a situação política hoje. Eu vejo que a Presidente Dilma tem a Base, mas ela não tem a solidariedade da Casa – eu cheguei há poucos dias aqui e sinto isso. E é muito importante atentar em outro fato: o Presidente Lula também tinha a solidariedade da população, como eu disse. Você sentia que, mesmo diante das coisas, estava patente, óbvio, que ele sabia de tudo, mas a população não queria acreditar. Esse é um fato muito importante no qual o Governo hoje talvez não esteja atentando. A eleição foi muito acirrada, os ânimos estiveram muito acirrados. E não é a oposição que está colocando nada na boca de ninguém não. Isso aí está espalhado, e não é a oposição que está colocando cortina de fumaça. Na verdade, eu acho que o Governo não percebe a dimensão do que acontece.

E principalmente uma coisa: o poder mudou. Dez anos hoje é muito tempo. Há um livro que o Moisés Naím, um escritor venezuelano, escreveu – o nome do livro é *O Fim do Poder*. Nesse livro ele deixa muito claro isto: que o poder não é mais aquele. Hoje qualquer menino de 14 anos com uma câmera na mão ou com um celular, um *smartphone*, questiona as atitudes do Governo ou do Parlamento e isso pode assumir grandes proporções, pode se proliferar do Oiapoque ao Chuí.

Então, não é a oposição. Na verdade, todos nós aqui temos que ter muito cuidado na condução dessa crise, porque qualquer tentativa, tanto do Governo quanto da oposição... A oposição não pode deixar de fazer o seu papel, se ela não fizer o seu papel aqui, de cobrar transparência, ela vai ser arrastada junto – essa é uma reflexão que temos de fazer.

Colocou-se aqui que se fazia uma grande tempestade num copo d’água a respeito de o ministro ter recebido os advogados. Não é tempestade em copo d’água.

As pessoas percebem que, aqui nesta Casa – creio –, há muitos Senadores com agenda marcada com o Ministro, e não conseguem. Até porque é humanamente impossível os ministros atenderem todos os Parlamentares. Com certeza, na Câmara dos Deputados, muitos Deputados também não conseguem falar com os ministros, pelo mesmo motivo. Mas, quando é divulgado que os advogados das empresas investigadas conseguiram falar com o Ministro, surge um pouco a admiração: puxa, como conseguiram rapidamente!

É legítimo que o Ministro receba? É legítimo que receba, mas faz refletir, faz as pessoas pensarem. Se foi legal, talvez não tenha sido totalmente moral. Por quê? Nós não podemos conceber de novo, não podemos pensar, tanto como Parlamentar quanto como cidadão, que o Ministro da Justiça possa ser uma espécie de conselheiro jurídico.

Eu me lembro – e aqui falo com muito respeito por ele, porque admirava muito o Ministro Thomaz Bastos – de que as estratégias jurídicas para sair da crise do mensalão foram gestadas ali no Ministério da Justiça. O ministro tinha um conhecimento extraordinário e, por várias vezes, aconselhava, sim, o Planalto. Eu me lembro de uma das primeiras crises do governo Lula, uma minicrise, vamos dizer assim, com o repórter Larry Rohter, do *Times*, quando se falou até em expulsão do repórter.

Voltando a este caso, não podemos conceber que o Ministro passe a ser um estrategista jurídico para livrar quem quer que seja da crise. Pode não ter sido nada disso, mas passou dessa forma. Lamento até – tenho um respeito muito grande pelo Ministro da Justiça – que talvez esse caso tenha lhe tirado a possibilidade de ir para o STF. Como todo mundo sabe, ele acalentava esse sonho – pelo menos é o que vejo na mídia – e era um dos possíveis nomes a ir para aquela Corte: tem notável saber jurídico; até onde sei, conduta ilibada; e reunia os quesitos para ir para aquela Casa.

E talvez, se ele tivesse que refletir, não receberia esses advogados.

Falou-se que a OAB está defendendo com unhas e dentes que ele tinha que ter agido assim, tinha que ter recebido os advogados. A OAB faz o papel dela. Aliás, se há uma corporação que age com unhas e dentes em favor dos interesses próprios e que serve de exemplo para qualquer outra instituição é a OAB. E aqui não cabe nenhum reparo. Ela defende os seus interesses, os interesses de sua classe.

Mas fica essa reflexão no sentido de que não é a oposição que está fazendo tempestade em copo d’água sobre o tema. É que, na verdade, não souu bem, alguma coisa ficou fora de lugar, porque não é todo dia que um ministro recebe advogados seja de que réu for.

Vamos imaginar que todo réu que tivesse uma pendência e que, por acaso, achasse que a Polícia Federal não estivesse agindo bem, exigisse uma audiência com o Ministro. Não ia conseguir!

Vou fazer um parêntese aqui: eu mesmo, em determinado momento, tive a infelicidade, numa operação da Polícia Federal – erros acontecem, não quero aqui macular o brilhante trabalho da Polícia Federal –, em que ela errou o domicílio e me levou a reboque às 5h30. Fui junto e, só depois de quinze minutos, descobriram o engano, de que fulano não era sicrano, e foram me devolver em casa. Mas, a essa altura, eu já tinha passado por um apuro tremendo.

Mas o que acontece? Consegui falar com o Ministro da Justiça na época? Eu não consegui falar com o Superintendente da Polícia Federal para poder levar a minha queixa. Entrei na Justiça e fui pelos canais normais. Se, em determinado momento, houve alguma falha nos procedimentos da Polícia Federal, que são raros – contei esse episódio, mas são raros, pois a Polícia Federal trabalha com muita excelência –, os canais competentes estão aí. Nós temos instituições já consolidadas. Está aí o Ministério Público, que é o fiscal da Polícia; o Judiciário, ao qual podemos recorrer quando somos aviltados em nossos direitos.

Mas causou essa surpresa, sim, ao País. E não é a oposição que está criando isso. Eu queria deixar esse registro aqui.

E aí, Sr. Presidente, para encerrar, insisto no sentido de que o Governo Federal possa entrar com todo o ímpeto nessa questão, para resolver essa demanda que está presente no Estado de Mato Grosso, porque – faço um alerta aqui – isso vai se espalhar pelo País inteiro. Dentre as demandas, estão mais pontos de parada, melhoria na questão do frete. Eu não estou defendendo aqui que o Governo tem que resolver. Às vezes há questões impossíveis de serem resolvidas. O Executivo não pode tudo. Mas eu peço, encarecidamente, ao Governo que trate a questão com a seriedade que merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradecemos as palavras do Senador José Medeiros, que falou pela Liderança do Partido Popular Socialista.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Considerando que não há mais nenhum orador inscrito, nós declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 52 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
PT - Paulo Paim*
PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

PT - 14

Angela Portela.	RR
Delcídio do Amaral.	MS
Donizeti Nogueira.	TO
Fátima Bezerra.	RN
Gleisi Hoffmann.	PR
Humberto Costa.	PE
Jorge Viana.	AC
José Pimentel.	CE
Lindbergh Farias.	RJ
Marta Suplicy.	SP
Paulo Paim.	RS
Paulo Rocha.	PA
Regina Sousa.	PI

Walter Pinheiro. BA

Bloco Parlamentar Democracia Participativa - 12

PP-5 / PSB-6 / PPS-1

Ana Amélia.	PP / RS
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

PDT - 6

Acir Gurgacz.	RO
Cristovam Buarque.	DF
Lasier Martins.	RS
Reguffe.	DF
Telmário Mota.	RR
Zeze Perrella.	MG

PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin.	AM
---------------------	----

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
---------------------	----

Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
PT.	14
Bloco Parlamentar Democracia Participativa.	12
Bloco Parlamentar União e Força.	9
PDT.	6
PSOL.	1
PCdoB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Humberto Costa* (PT-PE)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Pimentel* (PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (PT-TO)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** - VAGO**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾ Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾ Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾	Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12 Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾ Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11) Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)	PT - 14 Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾	PDT - 6 Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾ Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾
PCdoB - 1 Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Banceira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 09/07/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 26/04/2011

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 25/06/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o obj tivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 15/03/2011

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 15/03/2011

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrío

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/04/2013

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 09/04/2013

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 19/04/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/08/2011

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Instalação: 01/03/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 29/03/2011

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 6133031095
E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO (3)
PSC
PSOL
VAGO (1)
PROS
SD
VAGO (2)

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR****COORDENADOR:** Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ⁽¹⁾**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI****COORDENADOR:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 86 páginas
(O.S. 10257/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

